

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 2023



Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A | Resultados 2023

Palmas, 12 de março de 2024 - A Administração da Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Tocantins”, “ETO” ou “Companhia”) apresenta os resultados do quarto trimestre (4T23) e do exercício de 2023. As demonstrações financeiras a seguir, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

1. Considerações gerais

A Companhia atende:



666 mil
clientes cativos



192
clientes livres



1,6 milhão
de habitantes



277.424
Km²



2.103
Colaboradores ^(*)
1.470 próprios e
633 terceirizados



139
municípios

(*) Não considera os colaboradores das empresas prestadores de serviço ligadas à construção.

No final do exercício, os ativos operacionais da Companhia tiveram a seguinte evolução:

Descrição do ativo	2023	2022	Variação
Subestações – nº	106	106	-
Capacidade instalada nas subestações – MVA	1.636	1.600	36
Linhas de transmissão – km	2.908	2.891	18
Redes de distribuição – km	102.287	100.783	1.504
Transformadores instalados nas redes de distribuição – nº	86.691	85.308	1.383
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) – MVA	1.868	1.765	103

Nota: Alguns dados são provisórios passíveis de ajustes de inventário e contagem.

2. Desempenho econômico-financeiro

2.1. Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia no trimestre:

Desempenho Econômico-Financeiro						
Resultados - R\$ milhões						
Descrição	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Receita operacional líquida	599,5	491,0	+ 22,1	2.180,60	1.875,80	+ 16,3
Receita operacional líquida, sem receita de construção ⁽¹⁾	479,2	410,3	+ 16,8	1.755,00	1.549,10	+ 13,3
Margem bruta	277,2	228,8	+ 21,1	988,1	848,6	+ 16,4
Margem bruta ajustada ⁽²⁾	276,2	228,0	+ 21,2	984,5	845,9	+ 16,4
EBITDA ajustado recorrente ⁽³⁾	153,6	109,3	+ 40,5	587,2	496,7	+ 18,2
Resultado financeiro	-20,3	-21,5	- 5,7	-117,2	-100,7	+ 16,5
Lucro líquido ajustado recorrente ⁽⁴⁾	88,7	63,8	+ 39,2	306,8	266,1	+ 15,3
Indicadores Operacionais						
Número de consumidores cativos (mil)	666,3	650,6	+ 2,4%	666,3	650,6	+ 2,4%
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh) ⁽⁵⁾	652	579,7	+ 12,5%	2.337,60	2.189,30	+ 6,8%
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (TUSD - (GWh) ⁽⁵⁾	793,2	698,2	+ 13,6%	2.861,50	2.656,20	+ 7,7%
Indicador Relativo						
EBITDA ajustado/Receita líquida (%)	25,6	22,3	+ 3,4 p.p.	26,9	26,5	+ 0,4 p.p.
Indicadores Financeiros - R\$ milhões						
				31/12/2023	31/12/2022	Var. %
Ativo Total				3.757,10	3.215,50	+ 16,8%
Caixa/equivalentes de caixa/aplicações financeiras				417,4	235,2	+ 77,4%
Patrimônio líquido				1.140,20	1.045,20	+ 9,1%
Endividamento líquido				1.493,80	1.204,70	+ 24%

(1) Receita de construção: receita de construção da infraestrutura + receita de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão + receita das margens da obrigação de performance da construção. | (2) Margem bruta ajustada: Margem bruta expurgando o efeito do VNR. | (3) EBITDA ajustado recorrente: EBITDA expurgando o efeito do VNR. | (4) Lucro líquido ajustado recorrente: Lucro líquido expurgando o efeito do VNR. | (5) Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

3. Receita operacional

No 4T23, a receita operacional líquida deduzida da receita de construção cresceu 16,8% (R\$ 68,9 milhões) no trimestre quando comparado ao 4T22, totalizando R\$ 479,2 milhões.

A receita operacional líquida do período está influenciada pela atualização financeira do VNR no valor positivo de R\$ 1,0 milhão no trimestre. Desta forma, a receita operacional líquida sem receita de construção e sem VNR, do período foi de R\$ 478,2 milhões, 16,8% (R\$ 68,7 milhões) maior do que o mesmo período de 2022.

A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Receita operacional por segmento (R\$ milhões)	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	599,7	512,6	+ 17,0	2.107,2	1.946,4	+ 8,3
✓ Residencial	355,2	290,1	+ 22,4	1.198,3	1.072,1	+ 11,8
✓ Industrial	19,6	19,4	+ 0,7	81,4	75,0	+ 8,6
✓ Comercial	106,2	96,9	+ 9,6	386,0	380,2	+ 1,5
✓ Rural	48,0	43,9	+ 9,2	185,7	177,9	+ 4,4
✓ Outras classes	70,8	62,2	+ 13,8	255,9	241,2	+ 6,1
(+) Suprimento de energia elétrica	0,1	0,9	- 92,7	2,1	6,0	- 65,7
(+) Fornecimento não faturado líquido	(8,0)	(21,1)	- 62,1	5,4	10,9	- 50,4
(+) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	35,5	30,3	+ 16,9	132,6	105,3	+ 25,9
(+) Receita de construção de infraestrutura	120,3	80,8	+ 49,0	425,6	326,7	+ 30,3
(+) Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	15,2	8,1	+ 87,3	56,5	(0,4)	-
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	42,3	34,6	+ 22,1	155,8	140,2	+ 11,1
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	1,0	0,8	+ 19,2	3,6	2,8	+ 32,1
(+) Outras receitas	0,9	5,1	- 81,4	17,4	18,7	- 7,2
(=) Receita operacional bruta	806,9	652,2	+ 23,7	2.906,2	2.556,6	+ 13,7
(-) Impostos sobre vendas	173,2	133,1	+ 30,1	597,3	568,9	+ 5,0
(-) Encargos setoriais	34,3	28,0	+ 22,1	128,2	112,0	+ 14,5
(=) Receita operacional líquida	599,5	491,0	+ 22,1	2.180,6	1.875,8	+ 16,3
(-) Receita de construção de infraestrutura	120,3	80,8	+ 49,0	425,6	326,7	+ 30,3
(=) Receita operacional líquida, sem receita de construção de infraestrutura	479,2	410,3	+ 16,8	1.755,0	1.549,1	+ 13,3

3.1. Margem bruta

No 4T23, a margem bruta alcançou R\$ 277,2 milhões, 21,1% maior do que o mesmo período do ano anterior. Já a Margem bruta ajustada atingiu R\$ 276,2 milhões, crescimento de 21,1% em relação ao 4T22.

Margem bruta Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Receita operacional líquida	599,5	491,0	+ 22,1	2.180,6	1.875,8	+ 16,3
(-) Custo de construção de infraestrutura	120,3	80,8	+ 49,0	425,6	326,7	+ 30,3
(=) Receita operacional líquida (sem custo de construção da infraestrutura)	479,2	410,3	+ 16,8	1.755,0	1.549,1	+ 13,3
(-) Custos e despesas não controláveis	202,0	181,5	+ 11,3	766,9	700,5	+ 9,5
Energia elétrica comprada para revenda	164,1	149,4	+ 9,9	624,1	581,0	+ 7,4
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	37,8	32,1	+ 17,9	142,9	119,4	+ 19,7
(=) Margem bruta	277,2	228,8	+ 21,1	988,1	848,6	+ 16,4
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	1,0	0,8	+ 19,2	3,6	2,8	+ 32,1
(=) Margem bruta ajustada	276,2	228,0	+ 21,2	984,5	845,9	+ 16,4

No comparativo entre os trimestres, a variação da receita líquida e margem bruta são explicadas principalmente pelos seguintes fatores:

- (i) Na rubrica de Receita de energia elétrica, o crescimento de 17,0% pode ser explicado pelo mercado que cresceu 13,6% no comparativo entre os trimestres compensado pelo efeito médio da tarifa de -0,31% em função do evento tarifário ocorrido em julho de 2023;
- (ii) Na rubrica de Suprimento de Energia, composta pela liquidação de energia no mercado de curto prazo, onde as sobras de energia são valoradas ao PLD, a variação de 92,7% é reflexo da redução do nível de contratação (diferença entre energia contratada e carga realizada);
- (iii) Os ativos e passivos setoriais registraram um aumento de 87,3% neste trimestre devido à amortização do montante de PIS/COFINS considerado no reajuste de 2022 que foi maior do que o levado para modicidade tarifária em 2023;
- (iv) A linha de ativo financeiro da concessão - VNR apresentou aumento de 19,2% no 4T23 na comparação ao mesmo período do ano passado, devido as maiores adições na base compensado em parte à menor inflação registrada no período referente à atualização financeira do ativo financeiro.

3.2. Mercado de energia

No trimestre, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 793,2 GWh, aumento de 13,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, registrando a maior taxa em 13 anos.

O mercado da distribuidora cresceu na maioria das classes. A classe residencial (+18,7% ou 60,2 GWh), puxou 63% da alta, direcionada principalmente por temperaturas elevadas (próximas a 40°C, necessidade de resfriamento 14% maior, com ondas de calor no período) e calendário maior em out e nov. A industrial também foi destaque e registrou crescimento de 10,8% (11,7 GWh - puxada pela produção de minerais metálicos e não metálicos, com destaque para a produção de calcário. A classe comercial (+9,1% ou 10,9 GWh) foi influenciada por atacadistas da cadeia de alimentos, Shoppings e Hospitais. A rubrica outros registrou alta de +11,1% (10,1 GWh) em especial o poder público, em linha com a retomada dos servidores às atividades presenciais. A classe rural também registrou crescimento de 3,8% (2,2 GWh), em linha com o calendário maior e clima menos chuvoso que a média do período. Os clientes ligados a agropecuária apresentaram as principais altas do consumo.

A composição do mercado no último trimestre foi a seguinte:

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Residencial	381,6	321,4	+ 18,7	1.307,2	1.178,7	+ 10,9
Industrial	120,1	108,5	+ 10,8	456,7	424,5	+ 7,6
Cativo Industrial	21,1	23,1	- 8,9	91,7	86,9	+ 5,5
Livre Industrial	99,1	85,4	+ 16,1	365,0	337,6	+ 8,1
Comercial	131,5	120,6	+ 9,1	485,6	462,8	+ 4,9
Cativo Comercial	105,9	100,5	+ 5,3	387,2	385,0	+ 0,5
Livre Comercial	25,7	20,1	+ 27,8	98,4	77,8	+ 26,6
Rural	58,9	56,8	+ 3,8	241,4	240,9	+ 0,2
Cativo Rural	54,7	52,9	+ 3,4	224,1	226,1	- 0,9
Livre Rural	4,2	3,8	+ 9,2	17,3	14,8	+ 16,7
Outros	101,0	90,9	+ 11,1	370,6	349,3	+ 6,1
Cativo Outros	88,8	81,7	+ 8,7	327,3	312,5	+ 4,7
Livre Outros	12,3	9,2	+ 32,8	43,3	36,8	+ 17,6
1 Vendas de energia no mercado cativo	652,0	579,7	+ 12,5	2.337,6	2.189,3	+ 6,8
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	141,2	118,5	+ 19,1	523,9	466,9	+ 12,2
3 Mercado cativo + TUSD (1+2)	793,2	698,2	+ 13,6	2.861,5	2.656,2	+ 7,7
4 Fornecimento não faturado	-8,8	-18,4	- 52,0	18,4	6,4	+ 188,4
5 Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)	784,4	679,8	+ 15,4	2.879,8	2.662,6	+ 8,2

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

A Companhia encerrou o ano com 666.344 unidades consumidoras cativas, quantidade 2,4% superior à registrada no mesmo período do ano anterior, e com 192 consumidores livres.

Para maiores detalhes, acessar o Boletim de Mercado - [clique no link](#)

3.3. Perdas de energia elétrica (“perdas”)

A Companhia encerrou o ano com uma perda total de 11,00%, uma redução de 0,59 ponto percentual em comparação ao mesmo período do ano anterior.

A Distribuidora segue abaixo do referencial regulatório com uma distância de 2,56 pontos percentuais, refletindo o resultado positivo do plano de investimento e das ações estruturantes de combate às perdas adotadas pela empresa.

									Últimos 12 meses	
Perdas técnicas (%)			Perdas não-técnicas (%)			Perdas totais (%)			ANEEL	
dez/22	set/23	dez/23	dez/22	set/23	dez/23	dez/22	set/23	dez/23		
10,52	10,25	10,01	1,07	0,91	0,99	11,59	11,16	11,00	13,56	

3.4. Gestão da inadimplência

3.4.1. Taxa de inadimplência

A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”) e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:

Em 12 meses (%)		
dez/23	dez/22	Varição em p.p.
0,45	0,44	0,02

Para os clientes residenciais de baixa renda a Energisa aderiu ao programa “Desenrola Brasil” que foi ação relevante na regularização de débitos dos clientes aptos ao programa contribuindo na redução de R\$ 1,7 MM na PPECLD no trimestre

3.4.2. Taxa de arrecadação

A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre o faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

Em 12 meses (%)		
dez/23	dez/22	Varição em p. p.
97,95	97,70	0,25

Indicadores de qualidade dos serviços – DEC e FEC

A Companhia manteve o seu excelente desempenho, apresentando resultados abaixo dos limites regulatórios para os indicadores DEC e o FEC, fruto das ações e investimentos realizados para melhoria da qualidade do serviço. No trimestre, houve uma redução de 0,39 horas no DEC de 0,21 vezes no FEC, em relação ao mesmo período do ano anterior.

DEC (horas)			FEC (vezes)			Limite DEC	Limite FEC
dez/23	dez/22	Var.(%)	dez/23	dez/22	Var.(%)		
16,12	16,51	- 2,4	5,73	5,94	- 3,5	19,52 ●	12,72 ●

3.5. Créditos de subvenção tarifária, baixa renda e sub-rogação

A Aneel autorizou o repasse de subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, rurais irrigantes e serviços públicos, através da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891 de 2013. Esses recursos, por sua vez, foram registrados como receita operacional via tarifa. Os valores, por distribuidora, são os seguintes:

Trimestre			Exercício		
4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
72,3	64,7	+ 11,7	278,2	253,2	+ 9,9

Trimestre			Exercício		
4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
42,3	34,6	+ 22,1	155,8	140,2	+ 11,1

4. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 355,3 milhões no 4T23, aumento de 11,8% (R\$ 37,6 milhões), quando comparado com o mesmo trimestre de 2022.

A seguir, a composição dos custos e despesas operacionais da Companhia:

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
1 Custos e despesas não controláveis	202,0	181,5	+ 11,3	766,9	700,5	+ 9,5
1.1 Energia elétrica comprada para revenda	164,1	149,4	+ 9,9	624,1	581,0	+ 7,4
1.2 Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	37,8	32,1	+ 17,9	142,9	119,4	+ 19,7
2 Custos e despesas controláveis	109,5	102,1	+ 7,2	363,8	323,4	+ 12,5
2.1 PMSO	103,1	99,3	+ 3,8	343,4	308,9	+ 11,2
2.1.1 Pessoal e administradores e benefício pós-emprego	53,1	54,8	- 3,0	164,9	153,7	+ 7,3
2.1.2 Material	8,2	7,9	+ 4,8	31,4	30,9	+ 1,6
2.1.3 Serviços de terceiros	32,9	30,2	+ 9,0	121,7	104,2	+ 16,8
2.1.4 Outras	8,8	6,4	+ 37,0	25,4	20,1	+ 26,6
✓ Penalidades contratuais e regulatórias	0,6	0,2	+ 279,5	1,6	0,6	+ 145,4
✓ Outros	8,2	6,3	+ 30,9	23,8	19,4	+ 22,7
2.2 Provisões/Reversões	6,4	2,8	+ 127,2	20,5	14,5	+ 40,8
2.2.1 Contingências	3,8	1,4	+ 172,6	10,3	5,5	+ 85,6
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	2,6	1,4	+ 82,8	10,2	9,0	+ 13,2
3 Demais receitas/despesas	43,9	34,2	+ 28,4	149,4	128,7	+ 16,1
3.1 Amortização e depreciação	30,7	26,1	+ 17,9	116,0	102,9	+ 12,7
3.2 Outras receitas/despesas	13,1	8,1	+ 62,4	33,4	25,7	+ 29,9
Total custos e despesas operacionais (1+2+3)	355,3	317,7	+ 11,8	1.280,2	1.152,5	+ 11,1
Custo de construção de infraestrutura ^(*)	120,3	80,8	+ 49,0	425,6	326,7	+ 30,3
Total custos e despesas operacionais (1+2+3, c/ custo de construção de infraestrutura)	475,6	398,5	+ 19,4	1.705,8	1.479,2	+ 15,3

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

✓ Pessoal, administradores e benefício pós-emprego

No trimestre, as despesas com pessoal, administradores e benefício pós-emprego atingiram R\$ 53,1 milhões, redução de 3,0% (R\$ 1,7 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado em função dos principais fatores abaixo:

- (i) + R\$ 2,7 milhões de despesas a maior na rubrica de salários e encargos em função do reajuste salarial dos acordos coletivos baseado no índice INPC, sendo R\$ 1,0 milhão para atendimento à Resolução ANELL 1.000;
- (ii) + R\$ 1,6 milhão referente ao aumento de despesas médicas e benefícios;
- (iii) - R\$ 5,5 milhões devido a maior capitalização no período;
- (iv) - R\$ 2,1 milhões menor com fundo de pensão e déficit atuarial.

✓ Material

No 4T23, as despesas com materiais atingiram R\$ 8,2 milhões, aumento de 4,8% (R\$ 0,4 milhão) em relação ao mesmo período do ano passado, que é explicado pelos principais fatores:

- (i) + R\$ 0,5 milhão em função dos maiores custos com peças e acessórios para frota-veículos, sendo R\$ 0,1 milhão para atender a resolução ANEEL 1.000;
- (ii) - R\$ 0,1 milhão em despesas com material de segurança EPI/EPC.

✓ Serviços de terceiros

No trimestre, as despesas com serviços de terceiros atingiram R\$ 32,9 milhões, aumento de 9% (R\$ 2,7 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado, que é explicado pelos principais fatores:

- (i) + R\$ 4,0 milhões nas despesas de manutenção corretiva voltadas para limpeza de faixa servidão;
- (ii) - R\$ 1,9 milhões em despesas com consultorias e auditorias.

✓ Outras despesas

No trimestre, as outras despesas atingiram R\$ 8,8 milhões, aumento de 37,0% (R\$ 2,4 milhões) comparado ao mesmo período do ano passado, que é explicado pelos principais fatores:

- (i) + R\$ 0,8 milhão com despesas de aluguel;
- (ii) + R\$ 0,7 milhão em despesas com patrocínio e propaganda;
- (iii) + R\$ 0,4 milhão com despesas de manutenção e link de dados TI/Telecom;
- (iv) + R\$ 0,3 milhão com as indenizações relacionadas à danos elétricos.

Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”)

PPECLD de R\$ 10,2 milhões, representando um aumento de R\$ 1,2 milhão no ano. Para maiores detalhes, recorrer ao item 3.4.1 deste relatório.

Demais receitas/despesas

No trimestre, as outras receitas/despesas atingiram R\$ 13,1 milhões, aumento de 62,4% (R\$ 5,0 milhões) na comparação com o 4T22.

5. Lucro líquido e EBITDA

No trimestre, o lucro líquido foi de R\$ 89,4 milhões, crescimento de 23,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Desconsiderando os efeitos não-recorrentes do 4T22 e o efeito não caixa do VNR, o lucro líquido ajustado recorrente do trimestre seria de R\$ 88,7 milhões, R\$ 25,0 milhões (+39,2%) acima do registrado no 4T22.

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre				Exercício			
	4T23	4T22	Var. %	Var. R\$	2023	2022	Var. %	Var. R\$
(=) Lucro líquido do período	89,4	72,2	+ 23,8	17,2	309,2	267,9	+ 15,4	41,2
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	0,6	0,5	+ 19,2	0,1	2,4	1,8	+ 32,1	0,6
(=) Lucro líquido ajustado	88,7	71,6	+ 23,9	17,1	306,8	266,1	+ 15,3	40,6
Efeitos não recorrentes								
(+) Receita não faturada ⁽¹⁾	-	(7,9)	-	7,9	-	-	-	-
(=) Lucro líquido ajustado recorrente	88,7	63,8	+ 39,2	25,0	306,8	266,1	+ 15,3	40,6

(1) No 4T22, os valores atribuídos à "Receita não faturada" representaram reversões contábeis dos efeitos não recorrentes que foram revisados em 2023, resultando na sua eliminação.

O EBITDA totalizou R\$ 154,6 milhões no trimestre, crescimento de 30,3% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Desconsiderando os efeitos não-recorrentes do 4T22 e o efeito não caixa do VNR, o EBITDA ajustado recorrente do trimestre seria de R\$ 153,6 milhões, R\$ 44,3 milhões (+ 40,5%) maior que o mesmo período do ano anterior.

O EBITDA referente ao 4T22 foi ajustado para refletir os R\$ 8,5 milhões do efeito da reapresentação da receita não-faturada do 1T22.

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre				Exercício			
	4T23	4T22	Var. %	Var. R\$	2023	2022	Var. %	Var. R\$
(=) EBITDA	154,6	118,6	+ 30,3	36,0	590,8	499,5	+ 18,3	91,4
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	1,0	0,8	+ 19,2	0,2	3,6	2,8	+ 32,1	0,9
(=) EBITDA ajustado	153,6	117,8	+ 30,4	35,8	587,2	496,7	+ 18,2	90,5
Efeitos não recorrentes								
(+) Receita não faturada ⁽¹⁾	-	(8,5)	-	8,5	-	-	-	-
(=) EBITDA ajustado recorrente	153,6	109,3	+ 40,5	44,3	587,2	496,7	+ 18,2	90,5

(1) No 4T22, os valores atribuídos à "Receita não faturada" representaram reversões contábeis dos efeitos não recorrentes que foram revisados em 2023, resultando na sua eliminação.

6. Estrutura de capital

6.1 Caixa e endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais, totalizou R\$ 233,4 milhões em dezembro, frente aos R\$ 150,8 milhões registrados em setembro de 2023. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA)⁽¹⁾, que apresentaram saldos negativos de R\$ 183,9 milhões em dezembro, contra R\$ 224,1 milhões em setembro de 2023.

Em 31 de dezembro, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R\$ 1.493,8 milhões, contra R\$ 1.504,0 milhões em setembro de 2023 e o indicador dívida líquida / EBITDA ajustado foi reduzido para 2,4x.

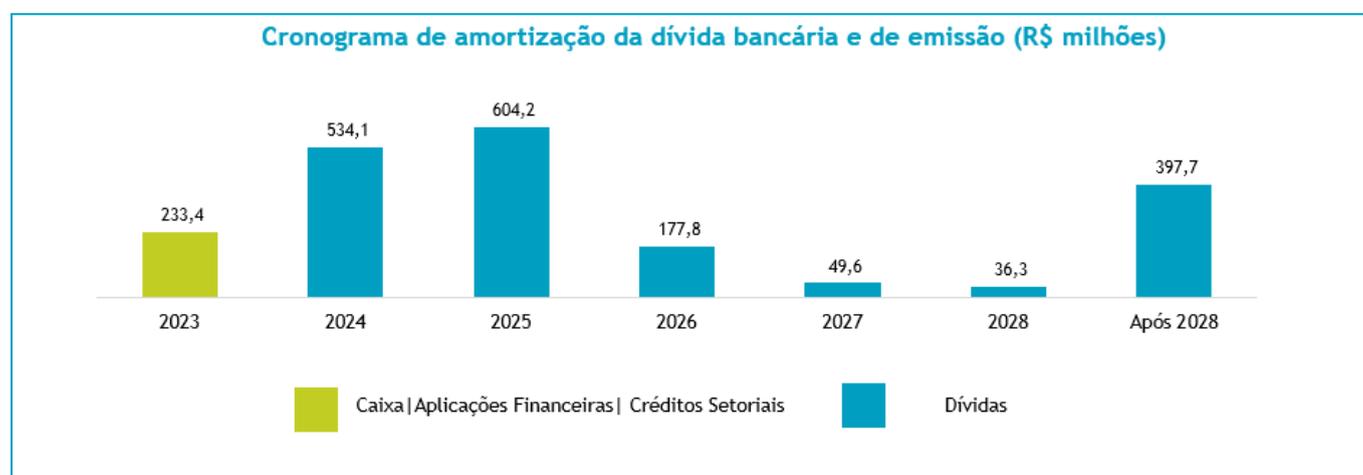
A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos últimos três períodos:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2023	30/09/2023	30/06/2023
Circulante	510,2	515,2	503,3
Empréstimos e financiamentos	89,8	91,4	87,2
Debêntures	416,4	418,5	407,0
Encargos de dívidas	27,9	20,4	12,5
Benefícios pós-emprego	4,1	2,8	2,8
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(27,9)	(17,9)	(6,2)
Não Circulante	1.217,0	1.139,7	1.070,7
Empréstimos e financiamentos	440,3	443,5	297,4
Debêntures	825,4	729,2	843,2
Benefícios pós-emprego	21,8	17,4	16,7
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(70,4)	(50,4)	(86,7)
Total das dívidas	1.727,2	1.654,8	1.574,0
(-) Disponibilidades financeiras	417,4	374,9	343,9
✓ Caixa e equivalentes de caixa	56,8	29,8	140,1
✓ Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	360,6	345,1	203,8
Total das dívidas líquidas	1.309,8	1.279,9	1.230,1
(-) Créditos CDE	45,2	17,1	17,3
(-) Créditos CVA	(229,1)	(241,3)	(117,8)
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	1.493,8	1.504,0	1.330,6
Indicador Relativo			
Dívida líquida / EBITDA ajustado 12 meses ⁽²⁾	2,4	2,6	2,3

(1) Esses créditos se referem aos ativos e passivos financeiros setoriais. | (2) EBITDA ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

6.2 Cronograma de amortização das dívidas

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, vis-à-vis o caixa, está representado pelo gráfico abaixo:



7. Investimentos

A composição dos investimentos da Companhia foi a seguinte:

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Ativo Elétrico	122,5	93,2	+ 31,5	336,9	259,9	+ 29,6
Obrigações Especiais (*)	7,1	6,0	+ 18,7	29,3	31,6	- 7,3
Ativo não Elétrico	6,1	5,7	+ 8,2	14,9	11,9	+ 25,5
Total dos Investimentos	135,7	104,8	+ 29,5	381,1	303,4	+ 25,6

(*) As “Obrigações Especiais” são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

8. Gestão de pessoas, saúde e segurança

A Energisa Rondônia conta com um total de 2.103 colaboradores, divididos entre 1.470 empregados diretos e 633 parceiros contratados de terceiros. A empresa está comprometida com a constante evolução do ambiente de trabalho oferecido aos seus colaboradores, os quais são alvo de ações contínuas de capacitação, análise de desempenho e valorização.

O processo de avaliação de desempenho foi reformulado recentemente e passou a ser denominado Ciclo de Carreira e Desenvolvimento. Esse novo ciclo oferece um acompanhamento mais estruturado da performance, das entregas e do planejamento profissional de cada colaborador, proporcionando assim uma gestão mais eficaz e alinhada com os objetivos individuais e organizacionais.

Além disso, a Energisa tem como foco a saúde e integridade dos seus colaboradores, por meio da atuação preventiva e a gestão de um ambiente de trabalho saudável que abrange todos os níveis do Grupo. Para facilitar o acesso dos trabalhadores a serviços médicos e de saúde não relacionados ao trabalho, a Energisa integra todas as áreas da organização em conjunto com as lideranças, incentivando a participação nos programas de promoção da saúde.

Por isso, o Grupo implantou a iniciativa Viva Energia, que tem como objetivo o foco na saúde integrada dos colaboradores. Suas ações são voltadas à prevenção de doenças, ao estímulo a um estilo de vida saudável e ao acompanhamento das condições de saúde de todo o público interno, incluindo pacientes crônicos e grupos de risco. O atendimento é realizado por equipes multidisciplinares, compostas por médicos do trabalho, nutricionistas, profissionais de educação física, fisioterapeutas e psicólogos. Além destas ações, ele também oferece atenção especial às colaboradoras gestantes (e às dependentes dos colaboradores). Busca prevenir doenças ocupacionais e combater a transmissão de moléstias no ambiente de trabalho, proporcionando um ambiente seguro e saudável para nossas pessoas.

Também foi criado o programa Saúde Integral, com iniciativas focadas no bem-estar de colaboradores e dependentes. Este é a porta de entrada para que o beneficiário tenha apoio e atendimento 24 horas por dia e sete dias por semana em campos como social, psicológico, físico, jurídico, nutricional, previdenciário e financeiro. Para pacientes crônicos, como portadores de obesidades, doenças cardiovasculares, diabetes ou doenças respiratórias, há monitoramento ativo, com atendimento telefônico e orientações específicas.

9. Responsabilidade socioambiental

A aproximação com a sociedade local, por meio de ações culturais e de manifestação dos valores regionais, está entre os compromissos da Energisa. Assim, a Companhia investe em ações de incentivo à produção cultural e à preservação da memória em suas áreas de concessão, de forma a impulsionar a economia criativa onde atua.

Em 2023, a Energisa Rondônia destinou cerca de R\$ 1,6 milhão para ações de impacto social nas frentes de educação, cultura, esporte, combate à fome e segurança alimentar, entre outras.

Eficiência energética

O projeto Nossa Energia é um conjunto de iniciativas para o combate ao desperdício de energia em comunidades de baixa renda, estimulando o consumo consciente. Incluem substituição de lâmpadas incandescentes e fluorescentes compactas por LED, substituição de refrigeradores obsoletos por equipamentos eficientes e realização de palestras sobre o uso racional da energia elétrica. A empresa investiu R\$ 4,9 milhões no ano de 2023.

Iniciativas socioculturais

A Energisa já definiu seus compromissos dos próximos anos pautados pela agenda de desenvolvimento sustentável da ONU, com objetivos já definidos. Um dos pilares desses compromissos é apoiar as manifestações culturais de sua área de atuação. Assim, a Companhia busca incentivar a produção cultural e a preservação da memória nas suas concessões, impulsionando a economia criativa, além de mobilizar projetos e parcerias para contribuir com o desenvolvimento sustentável dos biomas mais frágeis.

Iniciativas ambientais

A Energisa Tocantins, seguindo as políticas do Grupo Energisa, compromete-se com a gestão responsável do meio ambiente em que opera, promovendo o uso eficiente dos recursos naturais e buscando continuamente melhorar seu desempenho ambiental. Com uma equipe dedicada à gestão ambiental e ao licenciamento de projetos, a empresa baseia suas práticas em um sistema de gestão alinhado à norma ISO 14001.

A empresa enfrenta os impactos sociais e ambientais de suas atividades com o apoio de iniciativas e práticas que refletem seu compromisso e responsabilidade ambiental. As principais ações incluem:

Energia: Implementação do Projeto de Consumo Consciente visando expandir a economia de energia. Isso envolve campanhas voltadas aos colaboradores sobre o uso eficiente de energia, através de cartilhas e comunicação interna (intranet, adesivos, cartazes e proteção de tela para computadores). Estratégias de economia de energia incluem a regulação do uso de ar-condicionado, limitando sua operação e temperatura; desligamento da iluminação externa e de áreas comuns quando não em uso; instalação de sensores de movimento e a substituição por lâmpadas LED.

Mudanças Climáticas: Energisa se posiciona como líder na transformação energética visando a neutralidade de carbono até 2050. Isso será alcançado através do investimento em eficiência energética, desativação de usinas termelétricas, priorização de energias renováveis e medidas para a redução de emissões de gases de efeito estufa. O Projeto NetClima permite à empresa monitorar as condições climáticas em tempo real, antecipando-se às tempestades e preparando as equipes para atuação.

Emissões de Gases de Efeito Estufa: Em 2022, o Grupo Energisa publicou seu segundo inventário de gases de efeito estufa conforme a metodologia do GHG Protocol referente ao ano anterior, recebendo a certificação Selo Ouro do GHG Protocol após auditoria. Essa certificação é a mais alta concedida a empresas que demonstram total transparência na publicação de seus inventários de emissões. A interligação ao Sistema Integrado Nacional permitiu a desativação da UTE Colniza, a última usina a diesel em operação isolada, resultando na redução de cerca de 5.000 toneladas anuais de emissões de gases de efeito estufa.

10. Eventos subsequentes

10.1 Dividendos do exercício de 2023

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 12 de março de 2024, aprovou a distribuição de dividendos à conta do lucro do exercício de 2023, no montante de R\$ 64,1 milhões, equivalentes a R\$ 98,29649658157 por ação ordinária e preferencial do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir do dia 1º de abril de 2024, com base na posição acionária da Companhia em 13 de março de 2024.

A Administração.

Demonstrações financeiras

1 Balanço patrimonial ativo

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5.1	56.759	21.404
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	360.613	213.838
Consumidores e concessionárias	6	271.509	244.963
Títulos de créditos a receber		888	424
Estoques		13.183	14.356
Tributos a recuperar	7	62.177	211.315
Instrumentos financeiros derivativos	32	47.123	8.073
Outros créditos	10	100.331	96.518
Total do circulante		912.583	810.891
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Consumidores e concessionárias	6	144.800	125.659
Títulos de créditos a receber		411	48
Tributos a recuperar	7	187.040	104.638
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	97.011	74.739
Depósitos Judiciais	22.1	48.013	17.838
Instrumentos financeiros derivativos	32	70.432	78.168
Outros créditos	10	8.306	8.206
		556.013	409.296
Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	14	186.694	83.060
Investimentos		393	99
Imobilizado	15	28.358	23.484
Intangível	16	2.073.056	1.888.699
Total do não circulante		2.844.514	2.404.638
Total do ativo		3.757.097	3.215.529

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

2 Balanço patrimonial passivo

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	17	157.125	109.544
Encargos de dívidas	18	27.901	4.890
Empréstimos e financiamentos	18	89.795	15.247
Debêntures	19	416.359	108.383
Impostos e contribuições sociais	20	66.126	39.873
Dividendos a pagar	25.6	-	62.483
Obrigações estimadas		12.518	11.356
Contribuição de iluminação pública		9.821	7.908
Encargos setoriais	23.1	31.702	30.273
Passivos financeiros setoriais	9	173.023	109.570
Incorporação de redes	23.2	7.222	1.673
Instrumentos financeiros derivativos	32	19.188	29.893
Benefícios pós-emprego	33.1	4.078	2.784
Arrendamentos operacionais		136	538
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	21	21.697	-
Outros Passivos	24	33.501	27.744
Total do circulante		1.070.192	562.159
Não circulante			
Fornecedores	17	10.073	8.338
Empréstimos e financiamentos	18	440.293	346.077
Debêntures	19	825.369	891.239
Impostos e contribuições sociais	20	133.505	120.144
Impostos e contribuições sociais diferidos	12	20.926	16.210
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	22.1	21.441	23.079
Encargos setoriais	23.1	8.253	5.247
Passivos financeiros setoriais	9	56.106	24.020
Benefícios pós-emprego	33.1	21.766	15.267
Arrendamentos operacionais		886	1.149
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	21	-	151.285
Outros Passivos	24	8.098	6.130
Total do não circulante		1.546.716	1.608.185
Patrimônio líquido			
Capital social	25.1	532.190	532.190
Reservas de capital	25.2	15.828	15.132
Reservas de lucros	25.3 a 25.5	539.464	454.457
Dividendos adicionais propostos	25.6	64.051	50.731
Outros resultados abrangentes	25.7	(11.344)	(7.325)
Total do patrimônio líquido		1.140.189	1.045.185
Total do passivo e patrimônio líquido		3.757.097	3.215.529

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

3 Demonstrações de resultados

PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	26	2.180.611	1.875.771
Custo do serviço de energia elétrica	27	(766.937)	(700.452)
Custos de operação e dos serviços prestados	27	(751.061)	(615.824)
Lucro bruto		662.613	559.495
Despesas gerais e administrativas	27	(154.337)	(137.196)
Outras receitas	28	3.508	2.679
Outras despesas	28	(36.943)	(28.421)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos		474.841	396.557
Receita financeira	29	97.295	77.284
Despesas financeiras	29	(214.533)	(177.942)
Despesas financeiras líquidas		(117.238)	(100.658)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		357.603	295.899
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	(41.642)	(34.962)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	(6.786)	7.006
Lucro líquido do exercício		309.175	267.943
Lucro básico e diluído ação ordinária - R\$	30	474,20	410,96
Lucro básico e diluído ação preferencial - R\$	30	474,20	410,96

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

4 Demonstração do resultado abrangente

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício	-	309.175	267.943
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes	25.7	(4.019)	(963)
Total de outros resultados abrangentes do exercício		305.156	266.980

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

5 Demonstração das mutações do patrimônio líquido

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros				Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
			Reserva legal	Reserva de Investimento	Retenção de lucros	Reserva de redução de incentivo fiscal (imposto de renda)				
Saldos em 01 de janeiro de 2022	532.190	11.203	65.459	73.723	160.427	137.252	14.911	(51.587)	(6.362)	937.216
Transferência entre reservas	-	-	-	-	-	-	-	51.587	-	-
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	(14.911)	-	-	(14.911)
Programa de remuneração variável (ILP)	25.2	375	-	-	-	-	-	-	-	375
Reserva de incentivo fiscal - reinvestimento	25.2	3.554	-	-	-	-	-	-	-	3.554
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	267.943	-	267.943
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:										
Reserva Legal	25.3	-	13.397	-	-	-	-	(13.397)	-	-
Reserva de incentivo fiscal (imposto de renda/ reinvestimento)	25.4	-	-	-	-	55.786	-	(55.786)	-	-
Dividendos	25.6	-	-	-	-	-	-	(148.029)	-	(148.029)
Dividendos adicionais propostos	25.6	-	-	-	-	-	50.731	(50.731)	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós emprego	25.7	-	-	-	-	-	-	-	(1.460)	(1.460)
Tributos sobre ganhos e perdas atuariais - benefícios pós emprego	25.7	-	-	-	-	-	-	-	497	497
Saldos em 31 de dezembro de 2022	532.190	15.132	78.856	73.723	108.840	193.038	50.731	-	(7.325)	1.045.185
Pagamento de dividendos adicionais propostos	25.6	-	-	-	-	-	(50.731)	-	-	(50.731)
Programa de remuneração variável (ILP)	25.2	696	-	-	-	-	-	-	-	696
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	309.175	-	309.175
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:										
Reserva Legal	25.3	-	15.459	-	-	-	-	(15.459)	-	-
Reserva de incentivo fiscal (imposto de renda/ reinvestimento)	25.4	-	-	-	-	69.548	-	(69.548)	-	-
Dividendos	25.6	-	-	-	-	-	-	(160.117)	-	(160.117)
Dividendos adicionais propostos	25.6	-	-	-	-	-	64.051	(64.051)	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós emprego	25.7	-	-	-	-	-	-	-	(5.969)	(5.969)
Tributos sobre ganhos e perdas atuariais - benefícios pós emprego	25.7	-	-	-	-	-	-	-	1.950	1.950
Saldos em 31 dezembro de 2023	532.190	15.828	94.315	73.723	108.840	262.586	64.051	-	(11.344)	1.140.189

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

6 Demonstração do valor adicionado

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Geração do valor adicionado:			
Receitas			
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços	26	2.480.620	2.229.958
Outras receitas	28	3.508	2.976
Receitas relativas a construção de ativos próprios	26 e 29	429.247	329.613
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	27	(10.173)	(8.987)
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custo da energia elétrica vendida		(842.594)	(768.854)
Materiais e serviços de terceiros		(157.038)	(138.870)
Outros custos operacionais		(490.502)	(374.655)
		(1.490.134)	(1.282.379)
Valor adicionado bruto		1.413.068	1.271.181
Amortização		(116.004)	(102.928)
Valor adicionado líquido		1.297.064	1.168.253
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	29	102.033	81.044
Valor adicionado total a distribuir		1.399.097	1.249.297
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		86.663	86.502
Benefícios		44.832	37.800
FGTS		8.555	7.347
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		320.010	152.180
Estaduais		407.083	402.203
Municipais		1.033	952
Obrigações intrasetoriais		-	111.996
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		218.216	180.874
Aluguéis		3.530	1.500
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	25.6	160.117	148.029
Dividendos adicionais propostos	25.6	64.051	50.731
Reserva legal		15.459	13.397
Reserva de incentivos fiscal (imposto de renda)		69.548	55.786
		1.399.097	1.249.297

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

7 Demonstração dos fluxos de caixa

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	30	309.175	267.943
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	12	48.428	27.956
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		129.075	104.844
Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	13	(3.644)	(2.758)
Depreciação e Amortização	27	116.003	102.928
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	27	10.173	8.987
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	27	10.286	5.385
Perda na alienação de bens do intangível	28	30.128	23.119
Marcação a Mercado da Dívida	29	36.808	(18.624)
Marcação a Mercado de derivativos	29	(41.514)	18.408
Instrumento Financeiros Derivativos	29	23.265	22.362
Programa de remuneração variável (ILP)	11	696	678
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
(Aumento) de consumidores e concessionárias	6	(57.609)	(18.917)
(Aumento) de títulos e créditos a receber		(827)	-
Diminuição (aumento) diminuição de estoques		1.173	(1.590)
(Aumento) de depósitos judiciais	22	(27.914)	(3.238)
(Aumento) de tributos a recuperar	7	(11.861)	(14.801)
(Aumento) de outros créditos		(38.413)	(18.218)
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Aumento (diminuição) Aumento de fornecedores	17	26.484	(36.550)
Aumento de encargos setoriais		7.722	5.825
Aumento de impostos e contribuições sociais		136.896	100.918
Imposto de renda e contribuição social pagos		(29.629)	(35.343)
Variação dos ativos e passivos setoriais	9	(45.133)	55.612
Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos		(12.809)	(10.695)
Aumento (diminuição) de outras contas a pagar		9.774	(33.058)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		626.733	551.173
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		(106.580)	(19.344)
Aplicações no ativo contratual - Infraestrutura em construção, imobilizado e intangível	14,15 e 16	(405.330)	(337.460)
Alienação de bens do imobilizado e intangível	15 e 16	21.723	19.003
Partes relacionadas		-	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		(490.187)	(337.801)
Atividades de financiamento			
Novos empréstimos, financiamentos e debêntures	19 e 20	454.282	191.601
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	19 e 20	(121.589)	(175.361)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	19 e 20	(114.082)	(99.647)
(Pagamento) de liquidação de Instrumentos Financeiros Derivativos		(26.283)	(2.278)
Pagamento de incorporação de redes	23	(18.355)	(21.245)
Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil		(1.833)	(2.849)
Pagamentos de dividendos	25.6	(273.331)	(100.457)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		(101.191)	(210.236)
Variação líquida do caixa		35.355	3.136
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	5	21.404	18.268
Caixa mais equivalentes de caixa finais	5	56.759	21.404
Variação líquida do caixa		35.355	3.136

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

8 Balanço social

ENERGISA TOCANTINS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A CNPJ Nº 25.086.034/0001-71 BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2023 (Em milhares de reais)						
1 - Base de Cálculo	2023			2022		
Receita líquida (RL)	2.180.611			1.875.771		
Resultado operacional (RO)	357.603			295.899		
Folha de pagamento bruta (FPB)	144.480			121.323		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	22.910	15,86%	1,05%	20.286	16,72%	1,08%
Encargos sociais compulsórios	18.381	12,72%	0,84%	16.057	13,23%	0,86%
Previdência privada	4.397	3,04%	0,20%	6.007	4,95%	0,32%
Saúde	18.609	12,88%	0,85%	14.014	11,55%	0,75%
Segurança e saúde no trabalho	2.544	1,76%	0,12%	8.689	7,16%	0,46%
Educação	142	0,10%	0,01%	121	0,10%	0,01%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.063	0,74%	0,05%	951	0,78%	0,05%
Creches ou auxílio-creche	218	0,15%	0,01%	250	0,21%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	23.065	15,96%	1,06%	12.984	10,70%	0,69%
Outros	3.964	2,74%	0,18%	2.981	2,46%	0,16%
Total - Indicadores sociais internos	95.293	65,95%	4,37%	82.340	67,86%	4,39%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	912	0,26%	0,04%	351	0,12%	0,02%
Cultura	495	0,14%	0,02%	494	0,17%	0,03%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	-	0,00%	0,00%	92	0,03%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	183	0,05%	0,01%	188	0,06%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	1.590	0,45%	0,07%	1.125	0,38%	0,06%
Tributos (excluídos encargos sociais)	709.745	198,47%	32,55%	539.277	182,25%	28,75%
Total - Indicadores sociais externos	711.335	198,92%	32,62%	540.402	182,63%	28,81%
4 - Indicadores Ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	46.669	13,05%	2,14%	26.882	9,08%	1,43%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	252	0,07%	0,01%	415	0,14%	0,02%
Total dos investimentos em meio ambiente	46.921	13,12%	2,15%	27.297	9,22%	1,45%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2023			2022		
Nº de empregados(as) ao final do período	1.470			1.416		
Nº de admissões durante o período	128			199		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	1.542			410		
Nº de estagiários(as)	11			7		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	125			156		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	144			141		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	21,40%			23,33%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	1.135			1.079		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	42,9%			46,7%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	68			56		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2023			Metas 2024		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	43,73			43,73		
Número total de acidentes de trabalho	1			3		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolverá	(X) apoiará	() organizará e incentivará	() não se envolverá	(X) apoiará	() organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 324.555	no Procon 171	na Justiça 2.374	na empresa 324.555	no Procon 86	na Justiça 1.179
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 101,69%	no Procon 5%	na Justiça 19%	na empresa 98,7%	no Procon 10%	na Justiça 23%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2023: 1.399.097			Em 2022: 1.249.297		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	52 % governo 16% acionistas 16% terceiros 6% retido			53 % governo 16% acionistas 15% terceiros 6% retido		
7 - Outras Informações	2023			2022		
7) Investimentos sociais	-			-		
7.1 - Programa Luz para Todos	-			-		
7.1.1 - Investimento da União	19.553			0		
7.1.2 - Investimento do Estado	-			-		
7.1.3 - Investimento do Município	-			-		
7.1.4 - Investimento da Concessionária	2.173			0		
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	21.726			0		
7.2 - Programa de eficiência Energética	4.945			6.596		
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	682			2.175		
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	27.353			8.771		

Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia” ou “ETO”) é uma sociedade por ações de capital fechado. A Companhia atua como concessionária distribuidora de energia elétrica, sob o controle acionário da Rede Energia Participações S/A (“REDE”), e possui sede na cidade de Palmas, Estado do Tocantins. Sua área de concessão abrange todo o Estado do Tocantins, atendendo 666.533 consumidores em 139 municípios.

1.1. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 06 de dezembro de 2019 a Companhia assinou o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, o que concedeu à Companhia a prorrogação do prazo, por mais 30 anos, para distribuição de energia elétrica aos 139 municípios no Estado do Tocantins, sendo o novo vencimento em 31 de dezembro de 2049. O aditivo foi formalizado de acordo com o Despacho da Ministra de Estado de Minas e Energia, Substituta, de 23 de outubro de 2019, na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805 de 14 e setembro de 2012 e no Decreto nº 8.461 de 02 de junho de 2015.

O novo aditivo exigiu da Companhia atendimento aos seguintes critérios:

- I - Eficiência com relação à qualidade do serviço prestado;
- II - Eficiência com relação à gestão econômico-financeira;
- III - Racionalidade operacional e econômica; e
- IV - Modicidade tarifária.

O alcance dos referidos indicadores será monitorado pelos Órgãos reguladores, podendo haver penalidades na eventualidade de não atingimentos deles. Com o novo aditivo que prorrogou o prazo de concessão até 2049, a infraestrutura da concessão, registrado pela companhia como ativo financeiro indenizável da concessão até a assinatura do referido aditivo, foi transferido para o ativo intangível, uma vez que sua recuperação se dará pelo fornecimento de energia elétrica na área da concessão e tais ativos serão amortizados pela sua vida útil remanescente, considerando o novo prazo da concessão.

O contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

I - Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - Atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - Implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e

VII - Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes;

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente - Ministério de Minas e Energia - MME

As informações referentes a reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual - infraestrutura em construção e receita de construção da infraestrutura, estão apresentadas nas notas explicativas nº 8, 9, 13, 14 e 26, respectivamente.

1.2. Capital Circulante

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2023 capital circulante líquido negativo no montante de R\$157.609 (R\$248.732 positivo em 2022). A Administração considera que os fluxos dos resultados operacionais futuros e a eventual necessidade de caixa garantida pela controladora indireta Energisa S/A, deverão proporcionar os recursos necessários para fazer frente aos compromissos de curto prazo.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2024.

2.2. Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base das demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 32.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I - Nota explicativa nº 6 - Consumidores e concessionárias (fornecimento de energia elétrica não faturada) e Provisão de perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa;
- II - Nota explicativa nº 9 - Ativos e passivos financeiros setoriais;
- III - Nota explicativa nº 12 - Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente;
- IV - Nota explicativa nº 13 - Ativo financeiro indenizável da concessão;
- V - Nota explicativa nº 15 - Imobilizado
- VI - Nota explicativa nº 16 - Intangível
- VII - Nota explicativa nº 22 - Provisões para riscos trabalhista, cível, fiscal e regulatório;
- VIII - Nota explicativa nº 27 - Custo e despesas operacionais;
- IX - Nota explicativa nº 32 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; e
- X - Nota explicativa nº 33 - Benefícios pós-emprego.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1. Principais práticas contábeis

a. **Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;

b. Instrumentos financeiros e operações de hedge

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Julgamentos, estimativas e premissas - Nota explicativa nº 2.3;
- Consumidores e concessionárias - Nota explicativa nº 6; e
- Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos - Nota explicativa nº 32.

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perdas de créditos esperadas de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Para as contas a receber de consumidores e concessionárias a Companhia realiza duas sensibilidades: (i) análise retrospectiva com base no envelhecimento da carteira de clientes por classe de consumo; e, (ii) análise prospectiva por meio da aplicação de índice de perdas com base em sua experiência histórica de perdas de créditos, por classe, que são aplicados aos saldos não alcançados pela análise retrospectiva.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2023, compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, debêntures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos:

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, resumem-se em “Swap”, que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designados em uma contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em “outros resultados abrangentes” no patrimônio líquido.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de “hedge”

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como *hedge* de valor justo. No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia e documenta

se o instrumento de *hedge* usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*. A nota explicativa nº 32, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de *hedge* (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*). Um relacionamento de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*.
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica.
- O índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

Os *hedges* que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de *hedge* são registrados conforme descrito abaixo:

“*Hedges*” de valor justo: a mudança no valor justo de um instrumento de *hedge* é reconhecida na demonstração do resultado como despesas financeiras. A mudança no valor justo do item objeto de *hedge* atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado como despesas financeiras.

Para *hedges* de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do *hedge*, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de *hedge* for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado;

- c. **Consumidores e concessionárias** - inclui, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros reconhecidos pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração;

- d. **Estoques** - estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- e. **Ativos e passivos financeiros setoriais** - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão;
- f. **Ativo financeiro indenizável da concessão** - corresponde aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica firmado entre o Poder concedente e a Companhia, no qual estabelecem e

determinam para o segmento de distribuição de energia elétrica que a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica indicam que ao final da concessão os ativos vinculados a infraestrutura serão revertidos ao Poder Concedente mediante o pagamento de indenização, que o preço praticado é regulado através de mecanismo de tarifas de acordo com as fórmulas paramétricas de parcela A e B e das revisões tarifárias periódicas para cobrir os custos, amortizar investimentos e a remuneração do capital investido. Dispondo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão para as Distribuidoras, está atendido de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica.

Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão de distribuição são classificados e mensurados a valor justo por meio de resultado, onde, para o segmento de distribuição, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia elétrica das distribuidoras de energia elétrica, bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, expectativa de glosas baseado na experiência da Administração e no histórico de glosas observadas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo.

A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado no parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão. Esses ativos estão detalhados na nota explicativa nº 13;

- g. Ativo contratual - Infraestrutura em construção** - é o direito contratual das distribuidoras de energia elétrica de cobrarem pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos, ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, relacionada às obras em construção para atendimento as demandas de expansão e melhoria de sua área de concessão. Quanto da entrada em operação, os ativos são transferidos para o Intangível - contrato de concessão na proporção equivalente ao que será remunerado via tarifa pelo tempo do contrato de concessão, ou para um Ativo financeiro indenizável da concessão pelo valor residual dos ativos não amortizados que serão revertidos ao Poder Concedente, mediante indenização ao final da concessão, quando aplicável;
- h. Imobilizado** - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício, deduzido da despesa de depreciação, calculada pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização;

- i. Intangível** - compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão do serviço público, direito de uso CPC 06 (R2) e softwares.

Os softwares são ativos adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização pelo prazo de cinco anos.

Os ativos intangíveis relacionados aos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica são registrados à medida que o concessionário recebe o direito (autorização) de cobrar dos usuários dos serviços públicos pelos serviços prestados, o seja, o direito de explorar a infraestrutura, construída ou adquirida sob o regime de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, e de cobrar, via tarifa, o serviço público prestado. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, essas são baseadas no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão, e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

- j. **Arrendamentos** - os contratos, são avaliados se o mesmo é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2), para os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

- Intangíveis direito de uso: os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

- Passivo de arrendamento: os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos;

- k. **Juros e encargos financeiros** - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação, limitado a taxa WACC regulatório de acordo com os procedimentos de capitalização estabelecidos no normativo contábil (CPC 20);

l. Redução a valor recuperável

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

. **Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

. **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- (i) **Receitas** - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado;
- (ii) **Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) **Investimentos de capital** - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas que por sua vez são documentadas e aprovadas pela Administração.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2023 e 2022, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

m. Empréstimos, financiamentos e debêntures - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap são reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício;

n. Derivativos - a Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 32;

o. Imposto de renda e contribuição social - compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros.

A Companhia tem o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2023, não há incertezas quanto aos

tratamentos tributários sobre o lucro apurado pela Companhia;

- p. Incentivos fiscais SUDAM e de reinvestimentos - como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos são reconhecidos no resultado do exercício e destinados a Reserva de lucros - reserva de Incentivos fiscais de imposto de renda, na qual são mantidos até sua capitalização. (Nota explicativa nº12);
- q. **Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- r. **Ajuste a valor presente** - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;
- s. **Dividendos** - os dividendos e juros sobre capital próprio atribuídos aos dividendos foram declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação;
- t. **Receita Operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, receita de construção da infraestrutura, receita de disponibilidade do uso dos sistemas de transmissão e distribuição (TUSD), suprimento de energia a concessionária (venda de energia na CCEE), receita de constituição e amortização - CVA ativa e passiva e outras receitas operacionais relacionadas aos serviços prestados.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida quando a energia é fornecida e seu reconhecimento é realizado de forma mensal por meio da com emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição. A receita não faturada é apurada em base estimada, até a data do balanço, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento do mês.

A receita de construção da infraestrutura corresponde às receitas e custos apurados durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos.

As receitas de disponibilidade do uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição (TUST e TUSD) recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativas da Administração. A receita de constituição e amortização de CVA ativa e passiva e outros itens componentes é reconhecida no resultado do exercício, quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia.

A receita com subvenções governamentais vinculadas ao serviço concedido somente é reconhecida quando

houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos. São registradas no resultado dos exercícios em que a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários. As subvenções recebidas via aporte da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") (nota explicativa nº 10) referem-se à compensação de descontos concedidos com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato às distribuidoras;

- u. **Benefícios pós-emprego** - a Companhia oferece aos seus colaboradores planos de benefícios previdenciários, assistência médico-hospitalar e outros benefícios pós-empregos. Os planos de benefícios para suplementação de aposentadoria e pensões são classificados nas modalidades benefício definido (BD) e contribuição definida (CD). O valor presente das obrigações dos planos de benefício definido é calculado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado, com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, variação dos benefícios, expectativa de vida, e outras variáveis. A taxa de desconto é o rendimento observado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. Na modalidade de benefício definido quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. Quando o cálculo atuarial resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos. Na modalidade de contribuição definida, no qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano, as obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

A Companhia participa do custeio dos planos de assistência médico-hospitalar aos seus empregados, que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo.

A Companhia concede a seus colaboradores, uma gratificação por aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), firmado em Acordo Coletivo de Trabalho. A gratificação varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes, líquido de tributos, diretamente no patrimônio líquido;

- v. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/ encargos incorridos até a data do balanço; e
- w. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, para as Companhias abertas, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

- (i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
Alterações ao IAS 1	Passivos não circulantes com covenants	1º de janeiro de 2024
Alterações IAS 7 e IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores	1º de janeiro de 2024
IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and leaseback"	1º de janeiro de 2024

- (ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de Seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023
IAS 12	Impostos Diferidos ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 139 municípios do Estado do Tocantins, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída por compromissada. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2023 equivale a 85,0% do CDI.

Descrição	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	54.705	21.404
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Compromissadas	2.054	-
Total de caixa e equivalentes de caixa - circulante	56.759	21.404

5.2. Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: fundos de renda fixa, Letra Financeira (LF), certificado de Depósito Bancário (CDB's), entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2023 equivale a 96,9% do CDI (100,8% do CDI em 2022).

Descrição	2023	2022
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	44	44
Fundos de Investimentos ⁽¹⁾	5.134	5.313
Fundo de Investimentos Exclusivos ⁽²⁾		
Certificados de Depósito Bancário (CDB)	2.138	-
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	2.071	3.756
Compromissadas	33.705	2.934

Descrição	2023	2022
Fundo Multimercado	293	5.141
Fundo de Renda Fixa	261.910	161.431
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	14.190	9.979
Letra Financeira (LF)	32.041	396
Nota de Crédito (NC)	669	-
Letra Financeira (LFS)	191	17.629
Letra Financeira (LTN)	-	565
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	8.060	5.865
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	167	785
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados - circulante ⁽³⁾	360.613	213.838

⁽¹⁾ Fundos de Investimentos - Inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de -25,5% e média ponderada -25,5% do CDI.

⁽²⁾ Fundo de investimentos exclusivos - inclui aplicações em CDB, CCB, Compromissadas, Fundos de Renda Fixa, Fundo Multimercado, LFT, LF, NC, LFS, LTN, NTNB e NTNF são remuneradas 103,5% do CDI Fundo BTG Zona da Mata, 101,6% (102,9% em 2022) do CDI Fundo BB Energisa, 85,1% do CDI Fundo MAG Zona da Mata, 98,6% (102,6% em 2022) do CDI Fundo Zona da Mata.

⁽³⁾ Inclui R\$21.895 (R\$6.585 em 2022) referente a recursos vinculados a conselho de consumidores.

6. Consumidores e concessionárias

Englobam, o fornecimento de energia elétrica faturada, não faturada, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros. A energia elétrica não faturada é apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data do encerramento da última leitura e a data das demonstrações financeiras.

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				PPECLD ⁽²⁾	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		2023	2022
Valores correntes:									
Residencial	54.144	-	51.139	3.963	190	751	(5.967)	104.220	79.955
Industrial	3.120	-	925	99	115	924	(926)	4.257	5.175
Comercial	19.657	-	7.300	438	275	1.791	(2.139)	27.322	24.729
Rural	10.258	-	4.982	640	596	550	(589)	16.437	16.781
Poder público	13.048	-	1.284	48	43	185	(218)	14.390	12.284
Iluminação pública	5.264	-	662	1	-	41	(46)	5.922	6.802
Serviço público	2.134	-	134	3	-	4	(4)	2.271	2.724
Fornecimento não faturado	91.196	-	-	-	-	-	(568)	90.628	85.761
Arrecadação Processo Classificação	(5.767)	-	-	-	-	-	-	(5.767)	174
Valores renegociados:									
Residencial	2.714	4.563	1.441	630	572	7.197	(9.275)	7.842	6.145
Industrial	136	489	32	24	69	1.778	(2.005)	523	544
Comercial	1.182	6.437	342	131	200	2.226	(2.862)	7.656	2.495
Rural	472	985	194	46	50	488	(689)	1.546	1.004
Poder público	931	5.763	39	-	-	67	(67)	6.733	3.264
Iluminação pública	224	574	4	-	-	-	-	802	247
Serviço público	26	636	-	-	-	-	-	662	580
(-)Ajuste valor presente ⁽¹⁾	(111)	(3.385)	-	-	-	-	-	(3.496)	(1.747)
Subtotal - consumidores	198.628	16.062	68.478	6.023	2.110	16.002	(25.355)	281.948	246.917
Suprimento Energia ⁽³⁾	40	-	-	-	-	1.976	-	2.016	2.581
Outros ⁽⁴⁾	(2.167)	-	-	-	-	136.198	(1.686)	132.345	121.124
Total	196.501	16.062	68.478	6.023	2.110	154.176	(27.041)	416.309	370.622
Circulante								271.509	244.963
Não Circulante								144.800	125.659

- (1) Ajuste a Valor Presente: calculado para os contratos renegociados de dívida. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa de mercado.
- (2) Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPECLD) - a provisão é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração.

Segue as variações das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:

	2023	2022
Saldos em 2022 e 2021	25.320	25.524
Provisões líquidas constituídas no exercício	10.173	8.987
Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis	(7.152)	(9.191)
Saldos em 2023 e 2022	28.341	25.320
Alocação:		
Consumidores e concessionárias	27.041	24.020
Títulos de créditos a receber	1.300	1.300

- (3) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Composição do saldo da CCEE	2023	2022
Créditos a vencer	40	605
Créditos vinculados a liminares ⁽¹⁾	1.976	1.976
Subtotal créditos CCEE	2.016	2.581
(-) Aquisições de energia na CCEE ⁽²⁾	(9.252)	(7.344)
(-) Encargos de serviços do sistema ⁽²⁾	(2.468)	(164)
Total débitos CCEE	(9.704)	(4.927)

⁽¹⁾ Créditos vinculados a liminares - os valores que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos à modificação, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. A Companhia não constituiu provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

⁽²⁾ vide nota explicativa nº 17

- (4) **Outros:** inclui serviços taxados e outros valores a receber e/ou a pagar ao consumidores. A Companhia possui R\$131.931 (R\$116.969 em 2022) referente ao ICMS incidente sobre a TUSD, suspenso por liminares, em contrapartida o valor é contabilizado na rubrica de Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS em impostos e contribuições sociais no passivo não circulante.

7. Tributos a recuperar

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuados a maior, que são recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com forma prevista na legislação vigente aplicável.

	2023	2022
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	47.026	32.496
Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	88.129	78.355
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	22.368	19.710
Contribuição ao PIS e a COFINS	21.886	22.243
Efeitos da Redução do ICMS na base de Cálculo PIS e COFINS ⁽¹⁾	59.462	152.631
Outros	10.346	10.518
Total	249.217	315.953
Circulante	62.177	211.315
Não circulante	187.040	104.638

⁽¹⁾ Em 13 de maio de 2021 o STF finalizou o julgamento e decidiu em plenário pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS fixada a tese de repercussão geral no julgamento do RE nº 574706, além de consolidar o entendimento de que o ICMS a ser excluído da base de cálculo é o destacado nos documentos fiscais, o que proporcionou o reconhecimento contábil de créditos de R\$59.462 (R\$152.631 em 2022), oriundos de ação judicial transitada em julgado, em 25 de julho de 2019. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, que resultou em R\$10.559 (R\$16.626 em 2022), contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado do exercício.

A Companhia ingressou com pedido de compensação em 26 de fevereiro de 2021. Em 12 de abril de 2021, a Receita Federal do Brasil - RBF deferiu o pedido de habilitação dos referidos créditos de PIS/Pasep e COFINS, que se encontram em processo de recuperação dos saldos a receber com os valores dos débitos a recolher, iniciadas em maio de 2021 o que ocorrerá dentro do prazo prescricional de 5 anos. As compensações realizadas no exercício foram de R\$103.728 (R\$83.310 em 2022).

8. Reajuste, revisão tarifária e outros assuntos regulatórios

Conforme Contrato de Concessão, a receita da concessionária é dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital).

Como mecanismos de atualização da tarifa a ser aplicada aos consumidores tem-se o Reajuste Tarifário Anual (RTA) e a Revisão Tarifária Periódica (RTP), ambos previstos no contrato de concessão.

As concessionárias de distribuição de energia elétrica também podem solicitar uma Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão.

8.1. Reajuste Tarifário Anual

O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.214, de 27 de junho de 2023, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 4 de julho de 2023, cujo impacto tarifário médio a ser percebido pelos consumidores foi uma redução de 0,31%.

8.2. Revisão Tarifária Periódica

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos e neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas.

8.3. Bandeira tarifária

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional -SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

- Bandeira Tarifária Verde;
- Bandeira Tarifária Amarela;
- Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2;
- Bandeira Escassez Hídrica.

A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo.

Bandeira	Anterior R\$/Kwh	R\$/Kwh REH 2.888/2021 ⁽¹⁾	R\$/Kwh Resolução nº 3/2021 ⁽²⁾	Atual R\$/Kwh Resolução nº 3.051/2022 ⁽³⁾
Verde	-	-	-	-
Amarela	1,34	1,87	-	2,99
Vermelha 1	4,17	3,97	-	6,5
Vermelha 2	6,24	9,49	-	9,80
Escassez Hídrica	-	-	14,20	-

- (1) A ANEEL aprovou, em 29 de junho de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.888, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021 até 30 de junho de 2022.
- (2) A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG, em 31 de agosto de 2021, por meio da Resolução nº 3, a implementação da Bandeira de Escassez Hídrica novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021 até 30 de abril de 2022.
- (3) A ANEEL aprovou, em 21 de junho de 2022, por meio da Resolução Homologatória nº 3.051, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2022.

As bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

Mês	2023	2022
Janeiro	Verde	Escassez Hídrica
Fevereiro	Verde	Escassez Hídrica
Março	Verde	Escassez Hídrica
Abril	Verde	Escassez Hídrica/Verde
Maio	Verde	Verde
Junho	Verde	Verde
Julho	Verde	Verde
Agosto	Verde	Verde
Setembro	Verde	Verde
Outubro	Verde	Verde
Novembro	Verde	Verde
Dezembro	Verde	Verde

8.4. Outros assuntos regulatórios

8.4.1 Sobrecontratação

O Brasil vivencia uma situação de sobrecontratação de energia generalizada desde o ano de 2016, que tem afetado grande parte das empresas distribuidoras de energia elétrica do país. Por um lado, além das incertezas no crescimento da demanda por razões econômicas, o mercado regulado passou a ser extremamente afetado pelo aumento no volume das migrações dos consumidores cativos para o mercado livre e pelo crescimento da geração distribuída. De outro lado, dado o modelo centralizado de contratação, a carteira das distribuidoras carrega contratos de longo prazo com pouca flexibilidade.

Diante desse cenário, a metodologia de apuração dos resultados de sobrecontratação vem sendo discutida entre a ANEEL e as Distribuidoras, sendo os montantes involuntários estabelecidos como segue:

- 2016 e 2017: Despacho nº 2.168/2022;
- 2018: Despacho nº 4.395/2023.

Os resultados relativos à 2016-2018 estão sendo reconhecidos nos últimos eventos tarifários, enquanto os demais exercícios (2019-2023) estão contabilizados considerando as melhores estimativas, dada a metodologia vigente, resultando um saldo passivo de R\$30.629 (R\$30.616 em 2022)

Os valores reconhecidos no exercício, contabilizados na receita operacional bruta - Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização, foi de R\$8 (R\$17 em 2022) e R\$5(R\$1 em 2022) de atualização financeira devedora, registrado no resultado financeiro.

8.4.2 Geração Distribuída

Diante de posicionamentos recentes do regulador, por meio de notas técnicas, referente a neutralidade dos efeitos dos sistemas de geração distribuída (GD) no mecanismo tarifário das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a Administração do Grupo Energisa conclui que ainda há incertezas relevantes quanto ao reconhecimento e mensuração dos créditos de energia injetada pelos consumidores nas redes de distribuição do Grupo, originados pelos sistemas de geração distribuída, frente ao tratamento regulatório aplicável para mensuração da reversão destes créditos à modicidade tarifária após o período de 60 meses sem compensação.

Neste contexto, a Administração concluiu que nenhuma obrigação deve ser reconhecida nesse momento, até que tais incertezas sejam esclarecidas.

9. Ativos e passivos financeiros setoriais

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

Os aditivos contratuais emitidos pela Aneel, veem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativos e Passivos financeiros setoriais	2023			2022		
	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Total	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Total
Passivo Financeiros Setoriais						
Circulante	118.697	54.326	173.023	50.836	58.734	109.570
Não Circulante	-	56.106	56.106	-	24.020	24.020
	118.697	110.432	229.129	50.836	82.754	133.590
Saldo líquido dos ativos e passivos	(118.697)	(110.432)	(229.129)	(50.836)	(82.754)	(133.590)

Ativos e Passivos financeiros setoriais	Saldos em 2022	Receita Operacional		Remuneração	Crédito Pis/Cofins	Recebimentos/pagamentos		Saldos em 2023
		Adição	Amortização			Bandeiras tarifárias (1)	Outros (3)	
Itens da Parcela A								
Energia elétrica comprada para revenda	(44.519)	(38.335)	26.575	(6.595)	-	(3.830)	-	(66.704)
Transporte de energia elétrica - Rede básica	18.194	14.857	(16.297)	1.745	-	-	-	18.499
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	3.158	(2.453)	(1.872)	(103)	-	-	-	(1.270)
Encargo de serviços de sistema ESS	(6.539)	13.958	137	80	-	(3.246)	-	4.390
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	8.851	3.330	(9.028)	348	-	-	-	3.501
Transporte de energia elétrica - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-
Bandeiras Tarifárias CCRBT ⁽²⁾	(506)	506	-	-	-	-	-	-
Componentes financeiros								
Neutralidade da Parcela A	(6.732)	(16.846)	2.704	(1.736)	-	-	-	(22.610)
Sobrecontratação de energia	(3.200)	(43.193)	(2.279)	2.925	-	-	-	(45.747)
Devoluções Tarifárias ⁽¹⁾	(11.169)	(13.645)	11.379	(382)	-	-	-	(13.817)
CUSD	(136)	439	(66)	40	-	-	-	277
Exposição de submercados	1.053	(92)	(1.065)	(11)	-	-	-	(115)
Garantias financeiras	636	560	(548)	44	-	-	-	692
Saldo a compensar	(4.747)	279	2.482	129	-	-	-	(1.857)
Outros itens financeiros ⁽³⁾	(87.934)	(49.210)	174.268	1.106	(138.263)	-	(4.335)	(104.368)
Saldo líquido dos ativos e passivos	(133.590)	(129.845)	186.390	(2.410)	(138.263)	(7.076)	(4.335)	(229.129)

Ativos e Passivos financeiros setoriais	Saldos em 2021	Receita Operacional		Remuneração	Crédito Pis/Cofins	Recebimentos/pagamentos		Saldos em 2022
		Adição	Amortização			Bandeiras tarifárias (1)	Outros (3)	
Itens da Parcela A								
Energia elétrica comprada para revenda	(32.130)	(46.875)	35.456	2.780	-	(3.750)	-	(44.519)
Transporte de energia elétrica - Rede básica	9.197	16.507	(8.214)	704	-	-	-	18.194
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	1.728	5.863	(4.654)	221	-	-	-	3.158
Encargo de serviços de sistema ESS	88.998	(79.493)	(16.561)	1.485	-	(968)	-	(6.539)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(1.845)	16.092	(5.953)	557	-	-	-	8.851
Transporte de energia elétrica - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-
Bandeiras Tarifárias CCRBT ⁽²⁾	-	(506)	-	-	-	-	-	(506)
Componentes financeiros								
	-	-	-	-	-	-	-	-

Ativos e Passivos financeiros setoriais	Saldos em 2021	Receita Operacional		Remuneração	Crédito Pis/Cofins	Recebimentos/pagamentos		Saldos em 2022
		Adição	Amortização			Bandeiras tarifárias (1)	Outros (3)	
Neutralidade da Parcela A	1.553	(3.894)	(4.490)	99	-	-	-	(6.732)
Sobrecontratação de energia	(15.238)	9.964	(787)	2.288	-	573	-	(3.200)
Devoluções Tarifárias ⁽¹⁾	(9.082)	(10.446)	8.935	(576)	-	-	-	(11.169)
CUSD	365	(166)	(324)	(11)	-	-	-	(136)
Exposição de submercados	7.838	(80)	(6.811)	106	-	-	-	1.053
Garantias financeiras	521	560	(485)	40	-	-	-	636
Saldo a compensar	(1.007)	(3.004)	(649)	(87)	-	-	-	(4.747)
Outros itens financeiros ⁽³⁾	(10.610)	1.503	98.134	(306)	(125.565)	-	(51.090)	(87.934)
Saldo líquido dos ativos e passivos	40.288	(93.975)	93.597	7.300	(125.565)	(4.145)	(51.090)	(133.590)

- ⁽¹⁾ **Devoluções tarifárias:** referem-se a receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos auferidas mensalmente e atualizadas com aplicação da variação da SELIC. Estes valores serão reconhecidos e amortizados no próximo processo tarifário da distribuidora.
- ⁽²⁾ **Bandeiras tarifárias CCBRT** - a partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição da distribuidora aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCBRT, conforme despacho mensalmente divulgado pela ANEEL.

Os valores recebidos pela Companhia referentes às Bandeiras Tarifárias no exercício de 2022, Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, tem o montante de R\$7.076 (R\$4.145 em 2022);

- ⁽³⁾ **Outros itens financeiros:** considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, os principais itens que compõe o saldo, são como segue:

Empréstimo Conta Escassez Hídrica - REN nº 1.008/2022 - a ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 1.008 de 15 de março de 2022, estabeleceu os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir, total ou parcialmente, os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, e os diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e regular a utilização do encargo tarifário da CDE, para fins de pagamentos e recebimentos de valores.

Os recursos serão utilizados para cobertura dos custos, total ou parcialmente, por repasses da Conta Escassez Hídrica, dos seguintes itens: (i) custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG; (ii) custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021; e (iii) diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

A Conta Escassez Hídrica será vinculada a CDE, sob gestão da CCEE. A liquidação da operação financeira se dará mediante arrecadação via tarifa a ser realizada em quotas mensais a serem definidas nos eventos tarifários futuros.

A Companhia, protocolizou em 28 de março de 2022, correspondência de solicitação da disponibilidade dos recursos da CONTA-ESCASSEZ HIDRICA no valor máximo de R\$14.987, dos quais R\$5.701 correspondem custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021 e R\$9.286 de ressarcimento dos custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG. O valor foi recebido em 09 de maio de 2022.

Crédito do PIS e COFINS - conforme Lei nº 14.385/2022 que disciplinou a devolução dos valores relacionados à retirada do ICMS da base do PIS/COFINS, a Aneel reconheceu nos processos tarifários os valores a serem revertidos aos consumidores, e estão sendo reconhecidos mensalmente 1/12 no resultado do exercício. A seguir apresentamos os valores reconhecidos em cada ciclo tarifário:

Valores reconhecidos nos processos tarifários		
2023	2022	
RTA	RTA	RTE
119.535	144.293	-

Valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE - refere-se a valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021, a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, nas contas correntes vinculadas ao repasse de Modicidade Tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE. O montante recebido em 2023 foi de R\$4.335 (R\$ 36.103 em 2022).

10. Outros Créditos

	2023	2022
Subvenção Baixa Renda ⁽¹⁾	10.441	10.688
Subvenção CDE - Desconto Tarifário ⁽²⁾	9.958	10.499
Bônus - Reembolso do Fundo CDE	242	242
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	27.919	26.494
Outras ordens de serviço em curso	(177)	(1.000)
Adiantamento empregados	1.627	3.674
Adiantamento fornecedores	1.516	2.841
Outros créditos a Receber - CELPA ⁽³⁾	10.985	10.984
(-) Ajuste a Valor presente - CELPA ⁽³⁾	(3.070)	(3.200)
Aquisição de crédito fiscais ⁽⁴⁾	7.867	7.867
(-) Provisão na aquisição de crédito fiscais ⁽⁴⁾	(7.867)	(7.867)
Despesas pagas antecipadas	14.154	11.479
Créditos de terceiros-alienação de bens e direitos ⁽⁵⁾	21.813	19.079
Depósito para reinvestimento - Incentivos fiscais	11.339	11.117
Fundo Previdenciário Patronal - EnergisaPrev	368	402
Outros	1.522	1.426
Total	108.637	104.724
Circulante	100.331	96.518
Não circulante	8.306	8.206

⁽¹⁾ **Subvenção - Baixa Renda:** referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. O saldo refere-se às provisões de novembro e dezembro de 2023, com estimativas de recebimentos para o próximo trimestre, após validação da ANEEL. Conforme dados históricos a Administração não espera apurar perdas em sua realização.

Segue a movimentação ocorrida nos exercícios:

	2023	2022
Saldos em 2022 e 2021	10.688	8.958
Subvenção Baixa Renda	64.912	60.163
Ressarcimentos realizados pela CCEE	(65.159)	(58.433)
Saldos em 2023 e 2022	10.441	10.688

⁽²⁾ **Subvenção CDE - Desconto Tarifário** - referem-se às subvenções da CDE para custear os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como: Carga Fonte Incentivada; Geração Fonte Incentivada; Água, Esgoto e Saneamento; Rural; Irrigante/Aquicultor; e CCEE. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida a demonstração do resultado do exercício/exercício - receita operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, homologados nos ciclos tarifários. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais.

Segue a movimentação ocorrida nos exercícios:

	2023	2022
Saldos em 2022 e 2021 - circulante	10.499	20.535
Desconto Tarifário Subvenção Irrigante e Rural	90.843	80.037
Ressarcimentos realizados pela CCEE	(91.384)	(90.073)
Saldos em 2023 e 2022 - circulante	9.958	10.499

(*) A partir do processo tarifário de 2023 passou a compor o valor do repasse de subvenção da CDE o subsídio tarifário relacionado ao desconto aplicado no faturamento da energia compensada associado ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica - CCEE, conforme disposto no art. 27 da Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, respeitando a regra de transição aplicável ao faturamento de cada unidade consumidora participante do CCEE.

⁽³⁾ **Outros Créditos a receber da Centrais Elétricas do Pará S/A - CELPA** - refere-se créditos oriundo de transações entre partes relacionadas até a data de alienação para a empresa Equatorial Energia S/A. realizado em 25 de setembro de 2012. O saldo a receber será atualizado mensalmente aplicando a taxa de juros capitalizados de 6% a.a. O recebimento do principal será realizado em

amortizações semestrais nas seguintes condições: (i) de março de 2027 a setembro de 2030, amortização de 5% a.a., (ii) de março de 2031 a setembro de 2033, amortização de 10% a.a. e (iii) o saldo restante de 50% em setembro de 2034. Os juros serão recebidos semestralmente a partir de setembro de 2019.

- (4) Com a finalidade de compensação de impostos e contribuições administrados pela Secretária da Receita Federal, a Companhia adquiriu, em 2003, créditos de origem não tributária decorrentes da condenação da União Federal em ação indenizatória, reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado. A Companhia ingressou na ação com pedido de assistência o que foi indeferido pelo Juiz. Contra a referida decisão, foi apresentado recurso, que aguarda apreciação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Com a adesão ao Parcelamento Excepcional - PAEX, nos termos da Medida Provisória nº 303/2006, em 15 de dezembro de 2006, a Companhia desistiu da compensação tributária de referidos créditos e manteve a discussão judicial visando à sua conclusão. A realização do crédito depende do sucesso da ação atualmente em fase de execução, sendo considerado provável o êxito da ação pelos assessores jurídicos da Companhia. A Administração da Companhia reconheceu provisão para perda no valor recuperável desse ativo.
- (5) **Créditos a receber de terceiros** - refere-se a uso mútuo de postes e venda de sucata.

11. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Rede Energia Participações S/A, (76,67% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das Companhias:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Rede Energia Participações S/A		
· Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A;	EMT	Distribuição de energia
· Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A;	EMS	Distribuição de energia
· Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A;	ESS	Distribuição de energia
· Multi Energisa Serviços S/A;	MULTIENERGISA	Serviços
· Rede Power do Brasil S/A;	REDE POWER	Holding
· Companhia Técnica e Comercialização de Energia; e	CTCE	Comercialização de energia
· QMRA Participações S/A.	QMRA	Holding

A Rede Energia Participações S/A é controlada pela Denerge Desenvolvimento Energético S/A, que por sua vez é controlada pela Energisa S/A, que detém o controle direto das seguintes Companhias e empresas:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Energisa S/A:		
· Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A;	EPB	Distribuição de energia
· Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A	EMR	Distribuição de energia
· Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A;	ESE	Distribuição de energia
· Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A;	ERO	Distribuição de energia
· Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A;	EAC	Distribuição de energia
· Energisa Soluções S/A;	ESOL	Serviços
· Energisa Comercializadora de Energia Ltda;	ECOM	Comercialização de energia
· Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A;	EGCS-RP1	Parque Solar
· Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A;	EGCS-RP2	Parque Solar
· Energisa Transmissão de Energia S/A;	ETE	Holding
· Voltz Capital S/A;	VOLTZ	Serviços
· Alsol Energias Renováveis S/A;	ALSOL	Holding e Geração Distribuída
· Energisa Biogás S/A.;	EBG	Holding
· Energisa Distribuição de Gás S/A; e	EDG	Holding
· Energisa Participações Nordeste S/A.	EPN	Holding

A Energisa S/A, por meio das participações nas sociedades Denerge Desenvolvimento Energético S/A (controladora a Rede Energia Participações S/A), Energisa Transmissão de Energia S/A (ETE), Gemini Energy S/A, Alsol Energias Renováveis S/A, Energisa Biogás S/A (EBG), Energisa Distribuição de Gás S/A (EDG) e Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM), possui participação nas seguintes Companhias e empresas:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A:		
· Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A;	EPA I	Transmissão de energia
· Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A;	EGO I	Transmissão de energia
· Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A;	EPA II	Transmissão de energia
· Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A;	ETT	Transmissão de energia
· Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A;	EAM	Transmissão de energia
· Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A;	ETT II	Transmissão de energia
· Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S/A;	EPTE	Transmissão de energia
· Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A;	EAP	Transmissão de energia
· Gemini Energy S/A.	GEMINI	Holding

	Sigla	Ramo de atividade
· Nova Gemini Transmissão de Energia S/A;	NOVA GEMINI	Transmissão de energia
· Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A;	EAM II	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia IV S/A;	ETE IV	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia V S/A;	ETE V	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia VII S/A;	ETE VII	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia VIII S/A; e	ETE VIII	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia IX S/A.	ETE IX	Transmissão de energia
Controladas diretas da Gemini Energy S/A:		
· Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A;	LMTE	Transmissão de energia
· Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A;	LXTE	Transmissão de energia
· Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A;	LTTE	Transmissão de energia
· Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia S/A; e	LITE	Transmissão de energia
· Plena Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia Ltda.	POMTE	Serviços
Controladas diretas da Alsol Energias Renováveis S/A:		
· Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda;	LARALSOL	Geração de energia distribuída
· URB Energia Limpa Ltda;	URB	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica I LTDA;	REENERGISA I	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A;	REENERGISA II	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica III S/A;	REENERGISA III	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica IV S/A;	REENERGISA IV	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica IV S/A;	REENERGISA VI	Geração de energia distribuída
· Renesolar Engenharia Elétrica Ltda;	RENESOLAR	Geração de energia distribuída
· Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda; e	FLOWSOLAR	Geração de energia distribuída
· Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda.	CARBONSOLAR	Geração de energia distribuída
Controladas diretas da Energisa Soluções S/A:		
· Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A.	ESOLC	Serviços
Controladas diretas da Energisa Biogás S/A:		
· Agric Adubos e Gestão de Resíduos Industriais e Comerciais S/A.	AGRIC	Usina de compostagem
Controlada direta da Energisa Distribuição de Gás S/A		
· Companhia de Gás do Espírito Santo - ES Gás	ESGAS	Produção Gás

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços contratados (Despesas)	Compartilhamento	Disponibilização do sistema de transmissão (Custo)	Saldo a pagar	Comissão aval e debentures (Despesas financeiras)	Saldo a pagar Comissão de Aval e debentures	Saldo a pagar - Disponibilização de sistema de transmissão
ESA ^(1 e 2)	(30.932)	(9.580)	-	(4.837)	(32.537)	(402.854)	-
MULTI ⁽³⁾	(6.066)	-	-	(1.026)	-	-	-
ESOL ^(4 e 8)	(5.087)	-	-	(294)	-	-	-
ESOLC ⁽⁴⁾	(10.464)	-	-	-	-	-	-
ESE ⁽⁷⁾	-	(195)	-	(15)	-	-	-
ECOM ⁽⁷⁾	-	(328)	-	(39)	-	-	-
EPB ⁽⁷⁾	-	(10.657)	-	(1.100)	-	-	-
EMT ^(7 e 9)	-	(919)	(107)	(97)	-	-	-
EMS ⁽⁷⁾	-	(2.472)	-	(239)	-	-	-
ESS ⁽⁷⁾	-	(275)	-	(30)	-	-	-
EAC ⁽⁷⁾	-	(105)	-	(17)	-	-	-
ERO ⁽⁷⁾	-	(246)	-	(59)	-	-	-
EMR ⁽⁷⁾	-	(4.778)	-	(518)	-	-	-
EGO ^(5 e 7)	-	3	(127)	-	-	-	-
EPA I ^(5 e 7)	-	4	(1.953)	-	-	-	(118)
EPA II ^(5 e 7)	-	2	(93)	-	-	-	-
ETT ^(5 e 7)	-	1	(6.936)	-	-	-	-
EAM ⁽⁵⁾	-	-	(20)	-	-	-	(682)
EPT ⁽⁵⁾	-	-	(7)	-	-	-	-
LMTE ⁽⁵⁾	-	-	(362)	-	-	-	(11)
LXTE ⁽⁵⁾	-	-	(419)	-	-	-	(13)
LTTE ⁽⁵⁾	-	-	(142)	-	-	-	-
ALSOL ⁽⁶⁾	(493)	-	-	(129)	-	-	-

	Serviços contratados (Despesas)	Compartilhamento	Disponibilização do sistema de transmissão (Custo)	Saldo a pagar	Comissão aval e debentures (Despesas financeiras)	Saldo a pagar Comissão de Aval e debentures	Saldo a pagar - Disponibilização de sistema de transmissão
2023	(53.042)	(29.545)	(10.166)	(8.400)	(32.537)	(402.854)	(824)
2022	(61.882)	(33.233)	(2.195)	(19.903)	(36.359)	(309.740)	(96)

(1) **Serviços compartilhados de rotinas administrativas** - refere-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela Aneel e firmado em 31 de maio de 2022 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual;

Serviços de informática e licenciamento de softwares - contrato de prestação de serviços de Informática e Licenciamento de Softwares, firmado em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$66.076, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) Serviços de Infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e Contingência; (ii) Serviços de Segurança Cibernética e Compliance; (iii) Licenciamento e Manutenção de Sistemas Comerciais e de BI (Business Intelligence); (iv) Serviço de Implantação de Sistemas e Prestação de Serviços de Suporte em Sistemas Comerciais e Sistemas de BI (Business Intelligence); (v) Licenciamento e Manutenção Sistemas ERP; (vi) Serviço de Implantação de Sistemas e (vii) Prestação de Serviços de Suporte em SISTEMAS ERP. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022.

- (2) A Companhia efetuou a 2ª, 3ª, 6ª, 7ª e 8ª emissão de debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade, adquiridas pela controladora Energisa S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 19. Em 31 de dezembro de 2023 o valor atualizado é de R\$402.854 (R\$309.740 em 2022).
- (3) Refere-se a serviços de Call Center e Suporte a TI e foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários;
- (4) Refere-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários;
- (5) Refere-se ao transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto no contrato de concessão e com vencimentos em 2025;
- (6) Refere-se a serviços de execução do projeto de P&D, cujo prazo de contratação encerra-se em dezembro/2023;
- (7) **Contrato de compartilhamento** - em 29 de março de 2022 foi firmado contrato compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 834, em 25 de março de 2022.
- (8) Contrato de prestação de serviços - refere-se à prestação de serviços de assistência técnica, suporte técnico e níveis de serviço relacionados ao Sistema SCADA. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho Aneel, nº 3.024, de 19 de outubro de 2022, com data de vigência a partir de 02/09/2022 e vencimento em 02/09/2027.
- (9) Refere-se ao contrato de disponibilização do sistema de distribuição (TUSD).

Remuneração dos administradores

	2023	2022
Remuneração Anual ⁽¹⁾	7.546	7.048
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	251	253
Remuneração da Diretoria	3.024	2.804
Outros Benefícios ⁽²⁾	2.448	2.203

(1) Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2023, foi aprovado na AGOE de 26 de abril de 2023.

(2) Inclui encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$72 e R\$3 (R\$65 e R\$3 em 2022), respectivamente. A remuneração média no exercício de 2023 foi de R\$25 (R\$24 em 2022).

Programa de remuneração variável (Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP)

A Companhia ofereceu aos seus executivos um plano de (ILP). Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom

desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em *Units* da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da Controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações (*Units*), de acordo com o escopo de cada executivo. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, a Companhia possui um total de quatro programas de concessão de ações (*Units*) em andamento: (i) 4º Programa, de *Performance Shares*, que teve a realização da outorga em maio de 2021 e o encerramento do *vesting* previsto para maio de 2024; (ii) 5º Programa, de *Performance Shares*, que teve a realização da outorga em maio de 2022 e o encerramento do *vesting* previsto para maio de 2025; (iii) e o 6º Programa, que se divide em dois, sendo o primeiro de *Restricted Shares (Matching)*, iniciado em dezembro de 2023, e o segundo *Performance Shares*, este último iniciado em outubro de 2023, ambos com encerramento do *vesting* previsto para maio de 2026.

O 4º e 5º Programas são associados as condições de performance *Total Shareholder Return (TSR)* Relativo e Fluxo de Caixa Livre, que compõem o Fator de Desempenho e que ao final do período de *vesting*, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa.

O 6º Programa de *Performance Shares* é associado as condições de performance *Total Shareholder Return (TSR)* Relativo e Valorização do Preço da Ação (ENGI11), que ao final do período de *vesting*, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa.

O 6º Programa de *Restricted Shares (Matching)* é associado ao cumprimento da aquisição de uma quantidade de *Units* ENGI11 e, após o período de *vesting*, caso não tenha acontecido nenhuma movimentação nas *Units* por parte do participante, ele receberá a transferência do mesmo número de *Units* compradas (1:1), ou seja, para 1 (uma) *Unit* adquirida, o beneficiário receberá também 1 (uma) *Unit*.

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	2º programa ⁽¹⁾	3º programa ⁽¹⁾	4º programa	5º programa	6º programa <i>Restricted Shares Matching</i>	6º programa <i>Performance Shares</i>
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Valor médio da ação do fechamento dos últimos 60 dias a partir de 27/09/2023	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas	16.010	18.211	22.203	28.289	15.816	15.816
Opções de ações prescritas	-	3.984	4.436	6.231	-	-
Data de aprovação do Conselho de Administração	09/05/2019	10/02/2021	13/05/2021	12/05/2022	27/09/2023	27/09/2023
Data de início <i>vesting</i>	10/05/2019	21/12/2020	14/05/2021	13/05/2022	11/12/2023	11/12/2023
Prazo de carência	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	2 anos e 5 meses
Taxa de juros livre de risco	7,7%	5,26%	7,88%	12,55%	N/A	N/A
Projeção dos depósitos interfinanceiros - DI	DI1F2022	DI1F2023	DI1J2024	DI1J2025	N/A	-
Volatilidade ⁽²⁾	25,06%	50,51%	35,09%	34,88%	N/A	N/A
Valor justo na data da outorga	R\$54,97	R\$43,69	R\$37,19	R\$34,95	R\$48,40	R\$48,40
Movimentação	Liquidado	Liquidado	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação

¹⁾ Em 01 de junho de 2023, foi assinado o termo de quitação e ciência do 3º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo, onde não houve a transferência de propriedade de *Units* previstos no programa, em decorrência do não atingimento do Fator de Desempenho contratado. Em 12 de maio de 2022, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a liquidação do 2º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo, cujo montante foi de R\$368 representativo de 8.381 *Units*, já líquido de imposto de renda retido na fonte de responsabilidade do beneficiário;

²⁾ Volatilidade e correlação entre os preços de ação da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (“Índice de Energia Elétrica e seus pares”) para o *Total Shareholder Return (TSR)* foram calculadas com base nos valores históricos de 01 (um) ano anterior à data de outorga do programa.

Para os programas em operação não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de dezembro de 2023.

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações (*Units*) restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “*pro rata temporis*”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações (*Units*).

No exercício de 2023, foram reconhecidos R\$696 (R\$581 em 2022) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício na rubrica de despesas gerais e administrativas - Programa de remuneração variável (ILP). O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumulado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$2.958 (R\$2.262 em 2022).

12. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de impostos de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	2023	2022
Ativo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	28.250	24.134
Contribuição social sobre o lucro líquido	10.170	8.688
Total	38.420	32.822
Passivo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	(43.637)	(36.053)
Contribuição social	(15.709)	(12.979)
Total	(59.346)	(49.032)
Total líquido - (passivo) não circulante	(20.926)	(16.210)

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	2023		2022	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - PPECLD	28.341	9.636	25.320	8.609
Provisão ajuste atuarial	26.251	8.925	23.267	7.911
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	21.441	7.290	23.079	7.847
Marcação a mercado - dívida	18.563	6.311	(18.245)	(6.203)
Outras Provisões	18.404	6.258	22.154	7.532
Outras adições temporárias	5.822	1.980	2.715	923
Marcação a mercado - derivativos	(98.367)	(33.445)	(56.348)	(19.158)
Amortização Intangível - Renovação de concessão	(33.228)	(5.796)	(50.274)	(17.093)
IRPJ e CSLL sobre a parcela do VNR do ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações	(22.992)	(13.319)	(19.348)	(6.578)
Provisão IRPJ e CSLL s/ Encargos Capitalizados	(8.691)	(2.955)	-	-
Outras exclusões temporárias	(17.091)	(5.811)	-	-
Totais - passivo não circulante	(61.547)	(20.926)	(47.680)	(16.210)

A realização dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercícios	Realização dos créditos fiscais
2024	3.060
2025	3.526
2026	3.829
2027	3.551
2028	3.347
2029 a 2030	6.762
2031 a 2033	14.345
Total	38.420

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

Alíquota efetiva	2023	2022
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	357.603	295.899
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%
Imposto de renda e da contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(121.585)	(100.606)
Ajustes:		
Créditos sobre Incentivos fiscais ⁽¹⁾	68.564	52.907
Incentivos fiscais - Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica ⁽²⁾	1.854	4.226
Incentivos fiscais - Reinvestimento ⁽³⁾	4.033	2.879
Outros Créditos (Débitos) de períodos anteriores	(3.621)	11.663
Outros incentivos fiscais e despesas ineditáveis (doações, brindes, multa, etc.) ⁽⁴⁾	(945)	(1.412)
Outras adições permanentes	3.272	2.387
Imposto de renda e contribuição social	(48.428)	(27.956)
Alíquota efetiva	13,54%	9,45%

⁽¹⁾ Em março de 2015 a Companhia obteve aprovação do Ministério da Integração Nacional do seu pedido de benefício fiscal para o período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2023 e o deferimento de seu pedido junto à Receita Federal - Ato Declaratório Executivo nº 03 de 18 de março de 2015 - DRF/PAL/TO e Laudo Constitutivo SUDAM nº 113/2014, consiste na redução de até 75% do Imposto de renda calculados sobre o lucro de exploração. Os valores de redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo SUDAM - auferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram registrados diretamente na demonstração de resultado do exercício na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

Em 2018, a Companhia, amparada pela legislação vigente, formalizou junto à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) o pedido para obtenção do benefício fiscal, a fim de ampliá-lo pelo período de mais 10 anos, a contar do momento da sua aprovação. Em dezembro de 2023, foi aprovado o pedido, sendo expedido o Laudo Constitutivo SUDAM nº 150/2023, concedendo o direito à redução de 75% do Imposto sobre a Renda e adicionais não-restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração, com fruição por 10 anos (2023 a 2032), em favor da sociedade, em paralelo a empresa em 19/12/2023, protocolou junto à Receita Federal do Brasil, através do processo nº 10061.730935/2023-58, requerimento acompanhado do referido Laudo Constitutivo, assim atendendo ao estabelecido no art. 3º do decreto 4.212/2022. O processo aberto junto à Receita Federal do Brasil, ainda aguarda revisão pelo órgão.

⁽²⁾ Refere-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005.

⁽³⁾ Trata-se da parcela de 30% do Imposto de Renda, para ser reinvestidos em seus projetos instalados na área de atuação da SUDAM, para o desenvolvimento regional.

⁽⁴⁾ Inclui outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Doações/Patrocínios Culturais, Lei 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei 11.438/2006.

Declaração do Supremo Tribunal Federal sobre a inconstitucionalidade da cobrança do IRPJ e da CSLL sobre a Taxa SELIC incidente em valores recebidos em razão de repetição de indébito tributário

A Companhia em agosto de 2021 impetrou Mandado de Segurança com o objetivo de reconhecer a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência do recolhimento de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sobre os valores recebidos a título de taxa Selic decorrentes da repetição/compensação de tributos indevidamente recolhidos.

Em 24 de setembro de 2021, o plenário do Supremo Tribunal Federal ("STF") julgou o Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC, representativo do tema 962 da repercussão geral, que trata da incidência do IRPJ e CSLL sobre juros de mora recebidos pelo contribuinte em repetição de indébito, ou seja, um dos temas pleiteados no Mandado de

Segurança em referência. Neste julgamento foi acolhida, a tese da inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores relacionados à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Em 29 de setembro de 2021 foi divulgada a Ata de Julgamento, enquanto o acórdão foi divulgado em 15 de dezembro de 2021.

A Companhia avaliou junto com seus assessores jurídicos e tributários e concluiu sobre a imaterialidade dos valores líquidos a serem reconhecidos, visto a existência de atualizações monetárias ativas e passivas sobre o mesmo mérito. A Administração continuará a monitorar o tema e a evolução da jurisprudência sobre o tratamento fiscal da correção sobre as atualizações monetárias dos valores do passivo, que em 31 de dezembro de 2023 compensam a possível base para restituição de IR e CS sobre as atualizações monetárias ativas.

13. Ativo financeiro indenizável da concessão

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e no contrato de concessão assinado pela Companhia e a Aneel.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão foi registrada em receitas operacionais no resultado do exercício como receita de ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$3.644 (R\$2.758 em 2022).

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios:

Ativo financeiro valor justo	2023	2022
Saldos em 2022 e 2021	74.739	47.109
Adições no exercício ⁽¹⁾	18.630	24.872
Baixas no exercício	(2)	-
Receita de ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	3.644	2.758
Saldos em 2023 e 2022	97.011	74.739

⁽¹⁾ Refere-se a transferência originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção.

⁽²⁾ Os ativos financeiros indenizáveis da concessão estão demonstrados e classificados a valor justo por meio do resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

14. Ativo contratual - infraestrutura em construção

No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	Saldos em 2022	Adição	Transferências		Saldos em 2023
			Intangível - contrato de concessão ⁽¹⁾	Ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	127.127	474.605	(344.206)	(18.679)	238.847
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	44.067	38.960	(30.825)	(49)	52.153
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	83.060	435.645	(313.381)	(18.630)	186.694

	Saldos em 2021	Adição	Transferências		Saldos em 2022
			Intangível - contrato de concessão ⁽¹⁾	Ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	159.034	378.358	(385.383)	(24.882)	127.127
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	31.951	36.632	(24.506)	(10)	44.067
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	127.083	341.726	(360.877)	(24.872)	83.060

⁽¹⁾ O montante de R\$313.381 (R\$360.877 em 2022) foi transferido para o intangível - contrato de concessão.

⁽²⁾ As baixas no montante de R\$18.630 (R\$24.872 em 2022) referem-se as transferências para o ativo financeiro indenizável da concessão, corresponde a parcela bifurcada do ativo contratual - infraestrutura em construção a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).

15. Imobilizado

	Taxa Média de Depreciação	Saldos em 2022	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldos em 2023
Imobilizado em Serviço							
Custo							
Terrenos		-	-	12	-	-	12
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,33%	8.386	-	2.063	-	-	10.449
Máquinas e Equipamentos	13,62%	25.837	-	3.683	(2)	-	29.518
Veículos	14,29%	-	-	1.318	-	-	1.318
Móveis e utensílios	6,25%	5.212	-	814	-	-	6.026
Total do imobilizado em serviço		39.435	-	7.890	(2)	-	47.323
Depreciação acumulada							
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias		(1)	-	-	-	(288)	(289)
Máquinas e Equipamentos		(17.303)	-	-	-	(2.051)	(19.354)
Veículos		-	-	-	-	(120)	(120)
Móveis e utensílios		(2.599)	-	-	-	(252)	(2.851)
Total Depreciação acumulada		(19.903)	-	-	-	(2.711)	(22.614)
Subtotal Imobilizado		19.532	-	7.890	(2)	(2.711)	24.709
Imobilizado em curso		3.952	7.587	(7.890)	-	-	3.649
Total do Imobilizado		23.484	7.587	-	(2)	(2.711)	28.358

	Taxa Média de Depreciação	Saldos em 2021	Adição	Transferências	Depreciação	Saldos em 2022
Imobilizado em Serviço						
Custo						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,33%	-	-	8.386	-	8.386
Máquinas e Equipamentos	15,00%	21.835	-	4.002	-	25.837
Móveis e utensílios	6,25%	4.837	-	375	-	5.212
Total do imobilizado em serviço		26.672	-	12.763	-	39.435
Depreciação acumulada						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias		-	-	-	(1)	(1)
Máquinas e Equipamentos		(15.389)	-	-	(1.914)	(17.303)
Móveis e utensílios		(2.366)	-	-	(233)	(2.599)
Total Depreciação acumulada		(17.755)	-	-	(2.148)	(19.903)
Subtotal Imobilizado		8.917	-	12.763	(2.148)	19.532
Imobilizado em curso		9.347	7.368	(12.763)	-	3.952
Total do Imobilizado		18.264	7.368	-	(2.148)	23.484

16. Intangível

	2023	2022
Intangível - contrato de concessão	2.043.819	1.866.210
Intangível - direito de uso	912	1.443
Intangível - software	28.325	21.046
Total	2.073.056	1.888.699

16.1. Intangível - contrato de concessão

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 2022	Adição ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Amortização ⁽³⁾	Saldos em 2023
Intangível Em Serviço						
Custo	4,06%	4.123.805	344.206	(44.850)	-	4.423.161
Amortização Acumulada		(1.414.023)	-	23.344	(173.766)	(1.564.445)
Subtotal		2.709.782	344.206	(21.506)	(173.766)	2.858.716
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,77%	1.357.399	30.825	-	-	1.388.224
Amortização Acumulada		(513.827)	-	-	(59.500)	(573.327)
Subtotal		843.572	30.825	-	(59.500)	814.897
Total do intangível - contrato de concessão		1.866.210	313.381	(21.506)	(114.266)	2.043.819

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 2021	Adição ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Amortização ⁽³⁾	Saldos em 2022
Intangível Em Serviço						
Custo	3,98%	3.776.641	385.383	(38.219)	-	4.123.805
Amortização Acumulada		(1.275.384)	-	19.223	(157.862)	(1.414.023)
Subtotal		2.501.257	385.383	(18.996)	(157.862)	2.709.782
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,70%	1.332.893	24.506	-	-	1.357.399
Amortização Acumulada		(455.555)	-	-	(58.272)	(513.827)
Subtotal		877.338	24.506	-	(58.272)	843.572
Total do intangível - contrato de concessão		1.623.919	360.877	(18.996)	(99.590)	1.866.210

⁽¹⁾ Transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção.

⁽²⁾ O montante de R\$21.506 (R\$18.996 em 2022), referem-se às baixas realizadas no exercício contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

⁽³⁾ A Companhia registrou no exercício créditos de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$6.178 (R\$6.246 em 2022).

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 691, de 8 de dezembro de 2015, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,06% (3,98% em 2022).

Obrigações vinculadas a concessão

O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que possuem sua composição assim como segue:

	2023	2022
Contribuições do consumidor ⁽¹⁾	450.374	424.266
Participação da União, Estados e Municípios ⁽²⁾	972.399	959.547
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	17.663	17.663
(-) Amortização acumulada	(573.327)	(513.827)
Total	867.109	887.649
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	59	10
Ativo contratual - Infraestrutura em construção e intangível em curso	52.153	44.067
Intangível - contrato de concessão	814.897	843.572
Total	867.109	887.649

⁽¹⁾ As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica, bem como, valores aplicados em programas de eficiência energética e Programa Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, cujos resultados se revertam em bens destinados ao ativo imobilizado em serviço.

⁽²⁾ Inclui a participação da União, com recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE destinados aos programas Luz para Todos e Mais Luz para Amazônia e a participação do Governo do Estado

16.2. Intangível - direito de uso

Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) e são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 2022	Baixas	Amortização	Saldos em 2023
Intangível - direito de uso - Imóveis					
Custo	4,79%	11.081	-	-	11.081
Amortização Acumulada		(9.638)	-	(531)	(10.169)
Total do Intangível - direito de uso		1.443	-	(531)	912

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 2021	Baixas	Amortização	Saldos em 2022
Intangível - direito de uso - Imóveis					
Custo	13,83%	11.088	(7)	-	11.081
Amortização Acumulada		(8.105)	-	(1.533)	(9.638)
Total do Intangível - direito de uso		2.983	(7)	(1.533)	1.443

16.3. Intangível - software

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 2022	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	Saldos em 2023
Intangível - software e outros							
Custo	20,00%	38.579	-	21.086	(213)	-	59.452
Amortização Acumulada		(27.533)	-	-	-	(4.673)	(32.206)
Em curso		10.000	12.165	(21.086)	-	-	1.079
Total		21.046	12.165	-	(213)	(4.673)	28.325

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 2021	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	Saldos em 2022
Intangível - software e outros							
Custo	20,00%	31.197	-	7.382	-	-	38.579
Amortização Acumulada		(21.640)	-	-	-	(5.893)	(27.533)
Em curso		7.244	10.138	(7.382)	-	-	10.000
Total		16.801	10.138	-	-	(5.893)	21.046

17. Fornecedores

	2023	2022
Compra de energia elétrica ⁽¹⁾	73.869	56.250
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ⁽²⁾	9.252	7.344
Encargos de Serviço do Sistema ⁽³⁾	2.468	164
Encargos do uso da rede elétrica ⁽¹⁾	195	197
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS ⁽¹⁾	12.329	10.437
Encargos de conexão ⁽¹⁾	780	631
Materiais e serviços e outros ⁽⁴⁾	68.305	42.859
Total	167.198	117.882
Circulante	157.125	109.544
Não Circulante	10.073	8.338

- (1) Compra de energia elétrica e encargos do uso da rede elétrica - refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.
- (2) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - A conta CCEE é composta pelas duas últimas provisões da liquidação de energia MCP (Mercado de Curto Prazo), efeito das cotas (Garantia Física, Angra e Itaipu) e efeito dos contratos por disponibilidade. As principais variações foram motivadas pela realização da carga mensal da área de concessão e dos contratos da distribuidora. O PLD (Preço das Liquidações das Diferenças) precifica as liquidações de energia no MCP e valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário.
- (3) Encargos do serviço do sistema - Os valores referem-se aos despachos de térmicas fora da ordem de mérito de custo. Em 2022 as condições hidrológicas eram favoráveis, assim não houve necessidade de grandes despachos fora da ordem de mérito. Para 2023, houve necessidade de acionar térmicas para atender a carga do SIN em função das ondas de calores observadas nos meses de novembro e dezembro.
- (4) **Materiais, serviços e outros** - refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 30 dias. Inclui estimativas de valores de honorários de êxitos de advogados por conta de processos judiciais.

18. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2022	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2023
Mensuradas ao custo amortizado								
Moeda Nacional								
Pré Fixado								
INPC	5.243	355	(1.042)	(263)	493	-	-	4.786
IPCA	179.859	-	(15.412)	(8.451)	16.671	-	-	172.667
CDI	104.240	180.000	-	(2.153)	25.262	-	-	307.349
(-) Custo com captação	(674)	-	-	-	288	(847)	-	(1.233)
Total do custo	288.668	180.355	(16.454)	(10.867)	42.714	(847)	-	483.569
Mensurados ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Dólar	80.483	-	-	(1.671)	(4.135)	-	-	74.677
Marcação a mercado	(2.937)	-	-	-	-	-	2.680	(257)
Total ao valor justo	77.546	-	-	(1.671)	(4.135)	-	2.680	74.420
Total	366.214	180.355	(16.454)	(12.538)	38.579	(847)	2.680	557.989
Circulante	20.137							117.696
Não Circulante	346.077							440.293

	Saldos em 2021	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2022
Mensuradas ao custo amortizado							
Moeda Nacional							
Pré Fixado	1.073	-	(1.073)	(11)	11	-	-
Pós Fixado							
INPC	1.366	5.491	(1.870)	(206)	462	-	5.243
IPCA	180.079	-	(11.179)	(8.760)	19.719	-	179.859
CDI	-	100.000	-	-	4.240	-	104.240
(-) Custo com captação	(791)	-	-	-	117	-	(674)
Total ao custo amortizado	181.727	105.491	(14.122)	(8.977)	24.549	-	288.668
Mensurados ao valor justo							
Moeda Estrangeira							
Dólar	148.723	-	(57.186)	(2.395)	(8.659)	-	80.483
(-) Custo com captação	(87)	-	-	-	87	-	-
Marcação a mercado	(16)	-	-	-	-	(2.921)	(2.937)
Total ao valor justo	148.620	-	(57.186)	(2.395)	(8.572)	(2.921)	77.546
Total	330.347	105.491	(71.308)	(11.372)	15.977	(2.921)	366.214
Circulante	74.935						20.137
Não Circulante	255.412						346.077

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos, e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos (% a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros ⁽¹⁾ (% a.a.)	Taxa efetiva de SWAP ⁽⁹⁾ (% a.a.)	Garantias ⁽⁵⁾	Covenants ⁽⁴⁾
	2023	2022								
BNDES - 20.2.0496-1	172.667	179.859	IPCA + 1.83% + 3.00%	-	dez/34	A partir de abr/22 a.m.	9,45%	-	A + R	2
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO - Plano Energisa CD	3.035	3.269	INPC + 4.96%	-	jun/30	A partir de jan/21 a.m.	8,67%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Elétricas BD I	-	24	INPC + 4.75%	-	ago/29	A partir de jan/21 a.m.	8,46%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Elétricas BD I	-	194	INPC + 4.75%	-	fev/36	A partir de abr/22 a.m.	8,46%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Risco	1.751	1.756	INPC + 5.17%	-	fev/38	A partir de abr/22 a.m.	8,88%	-	A	NA
1ª Emissão Nota Comercial	119.645	104.240	CDI + 1.55%	-	set/25	Final	14,70%	-	A	2
2ª EMISSÃO DE NOTA COMERCIAL SÉRIE ÚNICA	30.046	-	CDI + 1.80%	-	jun/25	Final	14,95%	-	A	2
3ª EMISSÃO DE NOTA COMERCIAL SÉRIE ÚNICA	157.658	-	CDI + 1.55%	-	ago/25	Final	14,70%	-	A	2
(-) Custo com captação	(1.233)	(674)								
Total em Moeda Nacional	483.569	288.668								
ETO X BAML - LOAN 4131 - 28012021 (4)	74.677	80.483	USD + 1.83%	CDI + 1,75%	fev/24	Final	-5,38%	14,90%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida (5)	(257)	(2.937)								
Total em Moeda Estrangeira	74.420	77.546								
Total ETO	557.989	366.214								

(1) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício de 2023. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na nota explicativa nº 32;

(2) A = Aval Energisa S.A., R=Recebíveis.

(3) Condições de covenants - O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A, sendo os principais listados a seguir:

Cláusulas restritivas	Índice requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado ^(*)	(3) Menor ou igual a: 4,25 até o vencimento	Trimestral e Anual

(*) EBTIDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 32). Em 31 de dezembro de 2023, as exigências contratuais foram cumpridas.

- (4) Contato firmado com a Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, em decorrência da migração dos planos de benefício definido para o plano de contribuição definida, ocorrida nos anos de 2020, 2021 e 2022.
- (5) Os contratos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 32).
- (6) Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de “hedge” de valor justo e pela designação como “Fair Value Option” (nota explicativa nº 32).

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos exercícios:

Moeda/indicadores	2023	2022
US\$ x R\$	7,21%	-6,50%
CDI	13,15%	12,39%
INPC	3,71%	5,93%
IPCA	4,62%	5,78%
LIBOR	5,55%	2,40%

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2023
2025	295.976
2026	16.231
2027	16.231
2028	16.231
Após 2028	95.624
Total	440.293

19. Debêntures (não conversíveis em ações)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2022	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2023
Mensuradas ao custo amortizado								
Pós Fixado								
CDI	403.084	200.000	-	(68.501)	77.913	-	-	612.496
IPCA	618.441	78.000	(105.135)	(33.043)	59.802	-	-	618.065
(-) Custo com captação	(6.595)	-	-	-	2.168	(3.226)	-	(7.653)
Marcação a mercado	(15.308)	-	-	-	-	-	34.128	18.820
Total do custo	999.622	278.000	(105.135)	(101.544)	139.883	(3.226)	34.128	1.241.728
Circulante	108.383							416.359
Não circulante	891.239							825.369

	Saldos em 2021	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2022
Mensuradas ao custo amortizado - pós fixado								
CDI	441.804	-	(38.798)	(56.317)	56.395	-	-	403.084
IPCA	562.101	90.000	(65.255)	(31.958)	63.553	-	-	618.441
(-) Custo com captação	(6.691)	-	-	-	2.012	(1.916)	-	(6.595)
Marcação a mercado	395	-	-	-	-	-	(15.703)	(15.308)
Total ao custo amortizado	997.609	90.000	(104.053)	(88.275)	121.960	(1.916)	(15.703)	999.622
Circulante	111.374							108.383
Não circulante	886.235							891.239

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos (a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimento	Amortização do principal (a.a.)	Taxa efetiva de juros (% a.a.)	Taxa efetiva de SWAP ⁽³⁾ (% a.a.)	Garantias ⁽¹⁾	Covenants ⁽²⁾
	2023	2022										
Debêntures 2ª Emissão 2ª Série	51.312	49.063	15/06/2017	35696 / 35696	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	jun/24	Final	10,28%	13,50%	51.312	49.063
Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	2.480	2.372	15/10/2017	1775 / 1775	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	out/24	Final	9,33%	13,36%	2.480	2.372
Debêntures 3ª Emissão 3ª Série	4.621	4.418	15/10/2017	3304 / 3304	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	out/27	Final	9,73%	13,61%	4.621	4.418
Debêntures 4ª Emissão	215.211	308.701	15/09/2018	240000 / 240000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	set/25	A partir de out/23	9,70%	13,64%	215.211	308.701
Debêntures 5ª Emissão 1ª Série	239.080	239.417	10/06/2019	237596 / 237596	CDI + 0,95%	-	jun/24	Final	14,10%	-	239.080	239.417
Debêntures 5ª Emissão 2ª Série	163.435	163.667	10/06/2019	162404 / 162404	CDI + 1,15%	-	jun/26	Final	14,30%	-	163.435	163.667
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	8.648	8.271	11/10/2020	6880 / 6880	IPCA + 4,23%	CDI + 0,835%	out/27	Final	8,85%	13,99%	8.648	8.271
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	66.802	63.891	11/10/2020	53120 / 53120	IPCA + 4,47%	CDI + 1,80%	out/30	A partir de out/28	9,09%	14,95%	66.802	63.891
Debêntures 7ª Emissão	93.611	89.475	15/10/2021	82000 / 82000	IPCA + 6,09%	CDI + 0,93%	out/31	A partir de out/29	10,71%	14,08%	93.611	89.475
Debêntures 8ª Emissão 1ª Série	59.715	57.076	15/04/2022	55689 / 55689	IPCA + 6,16%	CDI + 0,717%	abr/29	A partir de abr/27	10,78%	13,87%	59.715	57.076
Debêntures 8ª Emissão 2ª Série	36.800	35.174	15/04/2022	34311 / 34311	IPCA + 6,28%	CDI + 0,880%	abr/32	A partir de abr/30	10,90%	14,03%	36.800	35.174
Debêntures 9ª Emissão	209.981	-	15/02/2023	200000 / 200000	CDI + 1,40%	-	fev/25	Final	14,55%	-	209.981	-
Debêntures 8ª Emissão 1ª Série	10.868	-	13/09/2023	10752 / 10752	IPCA + 6,17%	-	set/30	Final	10,79%	-	10.868	-
Debêntures 8ª Emissão 2ª Série	67.997	-	13/09/2023	87248 / 87248	IPCA + 6,45%	-	set/33	Final	11,07%	-	67.997	-
Custos de captação	-7.653	-6.595										
Marcação à Mercado de Dívida	18.820	-15.308										
Total	1.241.728	999.622										

Condições de covenants

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado ⁽¹⁾	(1) Menor ou igual a: 4,0x até o vencimento, para emissões até março de 2020	Trimestral e Anual
	(2) Menor ou igual a: 4,25x até o vencimento, para demais emissões	

(1) EBTIDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2023, as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos

As debêntures classificadas no passivo não circulantes têm seus vencimentos assim programados:

	2023
2025	308.206
2026	161.590
2027	33.409
2028	20.090
Após 2028	302.074
Total	825.369

20. Impostos e contribuições sociais

	2023	2022
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços -ICMS ⁽¹⁾	170.015	142.827
Encargos sociais	5.892	4.481
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	5.123	1.352
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL	3.159	487
Contribuição ao PIS e a COFINS	9.709	4.719
Imposto sobre serviços - ISS	3.347	1.614
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte (IRRF, PIS/COFINS/CSLL)	2.385	1.837
Total	199.631	160.017
Circulante	66.126	39.873
Não Circulante	133.505	120.144

⁽¹⁾ Inclui R\$131.931 (R\$116.969 em 2022), referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares (vide nota explicativa nº 6).

21. Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

Em março de 2017 o STF decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e alguns a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculo das contribuições.

Em 13 de maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve integralmente a tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 - “O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS”), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado na nota fiscal deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Em relação à modulação da decisão, foi definido o dia 15 de março de 2017 como marco de retroatividade da decisão, ressalvadas as ações propostas até aquela data.

Em observância da tese firmada, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu o Parecer SEI nº 7698/2021/ME, corroborado pelo Despacho nº 246/2021/PGFN-ME, que dispensa os Procuradores a recorrerem e contestarem quaisquer ações que tenham como fundamento o Tema 69 ainda pendentes de edição

Em maio de 2019, transitou em julgado no Tribunal Regional Federal da 5ª Região decisão favorável no processo da Companhia.

A Administração da Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores jurídico e tributários, bem como no Despacho nº 246/2021 da Procuradoria da Fazenda Nacional que aprovou o Parecer SEI nº 7.698/2021-ME reconheceu o montante de R\$151.285, líquido de honorários devidos aos advogados, consultores e dos tributos incidentes sobre a receita financeira, correspondente a aplicação da variação da taxa Selic sobre o ativo reconhecido. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem utilizados como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico.

O Presidente da República sancionou em 27 de junho de 2022 a Lei 14.385 que disciplinou a devolução de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras de serviço público de distribuição de energia elétrica.

O art. 3º da referida Lei também prevê que a Aneel deverá promover, nos processos tarifários, a destinação integral, em proveito dos usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado que versam sobre a exclusão do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Para a destinação dos valores acima, a ANEEL considerará, nos processos tarifários, a integralidade do crédito a ser ressarcido em favor da distribuidora de energia elétrica deduzidos dos custos administrativos e tributários correspondentes e a capacidade de compensação desse crédito (pela distribuidora) perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (“RFB”).

A destinação dar-se-á nos processos tarifários anuais, iniciadas a partir do mês de abril/2021, após habilitação dos créditos perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (“RFB”).

	2023	2022
Saldos em 2022 e 2021	151.285	260.930
Atualização dos Outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	9.165	16.691
Repasso de custos com honorários, consultoria e tributos	(491)	(770)
(-) Transferência para passivo financeiro setorial - repasse aos Consumidores	(138.262)	(125.566)
Saldos em 2023 e 2022	21.697	151.285
Passivo circulante	21.697	-
Passivo não circulante	-	151.285

22. Provisões para riscos trabalhista, cível, fiscal e regulatório

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista e fiscal e regulatória.

22.1. Perdas prováveis:

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas prováveis:

	Trabalhista	Cível	Fiscal	Regulatório	2023	2022
Saldos em 2022 e 2021	3.918	10.546	118	8.497	23.079	27.909
Constituições de provisão	3.818	16.701	59	-	20.578	11.960
Reversões de provisões	(1.876)	(8.416)	-	-	(10.292)	(6.575)
Pagamentos efetuados	(2.897)	(9.853)	(59)	-	(12.809)	(10.695)
Atualização monetária	(98)	(157)	16	1.124	885	480
Saldos em 2023 e 2022	2.865	8.821	134	9.621	21.441	23.079

A Companhia possui cauções e depósitos judiciais no ativo não circulante, no montante de R\$48.013 (R\$17.838 em 2022), que são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

Trabalhista

Os processos de natureza trabalhista referem-se em sua grande maioria a discussões sobre horas extras e indenizações, propostos por funcionários próprios, bem como subsidiariedade/solidariedade referente aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

Cível

As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) reclamação de consumo; (ii) cobrança por irregularidades; (iii) indenizações por danos materiais/morais, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia, acidentes na rede, faixas de domínio; (iv) indenização por danos elétricos e (v) inscrição no SERASA, basicamente referente negatização e atraso na regularização/positivação de clientes.

Fiscal

Refere-se basicamente a autos de infração de tributos federais (INSS), com destaque para autos de infração lavrados pelo fisco estadual questionando o integral aproveitamento de crédito de bens do ativo imobilizado.

Regulatório

Refere-se a processos junto à ANEEL, envolvendo discussão sobre possível descumprimento de preceito regulatório

22.2. Perdas possíveis

A Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível, fiscal, regulatória e ambiental em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo da movimentação com as perdas possíveis:

	Trabalhista	Cível	Fiscal	Regulatório	Ambiental	2023	2022
Saldos em 2022 e 2021	16.292	156.325	280.932	3.887	-	457.436	438.086
Novos processos	608	5.754	108	-	12.871	19.341	7.499
Mudança de prognósticos e valor pedido	(1.984)	(13.381)	(238.424)	32.473	14	(221.302)	(17.342)
Encerramento	(4.986)	(23.828)	-	-	-	(28.814)	(9.145)
Atualização Monetária	1.770	5.761	16.947	1.979	28	26.485	38.338
Saldos em 2023 e 2022	11.700	130.631	59.563	38.339	12.913	253.146	457.436

Abaixo apresentamos os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, em sua maioria, a discussões de verbas rescisórias e vínculo empregatício, movidas por ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia.

Cíveis

As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) reclamação de consumo; (ii) cobrança por irregularidades; (iii) indenizações por danos materiais/morais, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia, acidentes na rede, faixas de domínio; (iv) indenização por danos elétricos e (v) inscrição no SERASA, basicamente referente negatização e atraso na regularização/positivação de clientes.

Principal processo

. Processo 0007336-94.2008.4.01.3400 com valor envolvido de R\$44.113 (R\$42.396 em 2022) onde se discute questões contratuais envolvendo reintegração/desapropriação de área para construção de linhas de distribuição de alta tensão e subestações.

Fiscais

As ações de natureza fiscal referem-se basicamente a discussões sobre: ICMS, CSLL, IRPJ/ Saldo Negativo e INSS.

Principal processo

. Processo 5003614-42.2012.827.2729 - cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a ICMS incidente sobre operações de compra de bens destinados ao ativo imobilizado da empresa. Questões relacionadas ao mérito estão sendo discutidas na ação anulatória nº 0013057-97.2015.8.27.2729, proposta pela ETO previamente à cobrança do Estado de Tocantins. Este processo teve prognóstico de perda alterado de possível para remoto em maio de 2023, quando o montante no possível era de R\$251.627 (R\$222.240 em 2022). A alteração teve como base decisões favoráveis, conforme parecer dos consultores jurídicos.

Regulatório

Refere-se a processos junto à ANEEL, envolvendo discussão sobre possível descumprimento de preceito regulatório.

Principal processo

. Ação Civil Pública 0001610-19.2012.4.01.4300, no montante de R\$38.339, promovida pelo Ministério Público Federal em face da ETO e ANEEL, objetivando a declaração da ilegalidade da metodologia de reajuste tarifário adotada pela ANEEL desde 2002, bem como a restituição dos valores indevidamente apropriados ao longo dos anos ou compensação dos referidos valores neste ou nos reajustes futuros ou na próxima revisão tarifária, além da correção dos últimos reajustes, teve em agosto de 2023 o prognóstico alterado de remoto para possível, baseado em parecer de risco emitida pelo consultor jurídico.

Ambiental

As ações referem-se basicamente a discussões sobre licenças ambientais.

23. Encargos setoriais e incorporação de redes

23.1. Encargos Setoriais

	2023	2022
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	1.199
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT ⁽²⁾	-	370
Ministério de Minas e Energia - MME ⁽²⁾	-	185
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL ⁽¹⁾	3.002	1.693
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D ⁽¹⁾	15.215	16.458
Programa de Eficiência Energética - PEE ⁽¹⁾	21.738	15.615
Total	39.955	35.520
Circulante	31.702	30.273
Não Circulante	8.253	5.247

⁽¹⁾ O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007, nº 2.212 de 21 de janeiro de 2010 e nº 13.280 de 03 de maio de 2016. Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa SELIC.

A Lei nº 14.120/2021, que alterou a Lei nº 9.991/2000, determina que os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021, conforme consta no Despacho 904/2021, mensalmente as distribuidoras devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para CCEE, controladora da CDE.

Os gastos realizados com os projetos estão registrados na nota explicativa nº 10 - Outros créditos - Ordens de serviços em curso - PEE e P&D até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa. Para os projetos que resultam em bens (tangíveis ou intangíveis), haverá o registro do respectivo valor no ativo intangível/financeiro em contrapartida às obrigações vinculadas à concessão.

⁽²⁾ Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía saldo a receber, em decorrência do recálculo referente a alteração dos percentuais aplicados em PEE e P&D, conforme Parecer n. 00316/2023/PFANEEL/PGE/AGU.

23.2. Incorporação de redes

Com a finalidade de viabilizar o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras, o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pela Companhia até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

Sobre os saldos das incorporações de redes particulares incidem encargos calculados pela variação do IGPM, acrescido de 0,5% a 1% ao mês de juros. A partir de 01 de julho de 2022, os valores devidos, passaram a ser atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

	2023	2022
Saldos em 2022 e 2021	1.673	3.613
Adições	23.552	18.345
Atualização monetária e juros	352	960
Pagamentos	(18.355)	(21.245)
Saldos em 2023 e 2022	7.222	1.673

24. Outros passivos

	2023	2022
Adiantamento de consumidores	7.525	6.811
Convênios de arrecadação	319	273
Encargos tarifários	88	88
Contrato de compartilhamento	15	117
Retenção de caução contratual	4.371	2.632
Bônus de redução voluntária de consumo	289	305
Folha de pagamento	17.768	10.483
Outros	11.677	13.165
Total	42.052	33.874
Circulante	33.954	27.744
Não circulante	8.098	6.130

25. Patrimônio líquido

25.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$532.190 (R\$532.190 em 2022) e está representado por 386.504 (386.504 em 2022) ações ordinárias e 265.111 (265.111 em 2022) ações preferenciais, todas nominativas sem valor nominal.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

As ações preferencias serão inconversíveis em ordinárias e não terão direitos a voto nas Assembleias Gerais. Cada ação preferencial fará jus: a) prioridade no recebimento de um dividendo mínimo, não cumulativo, de 3% este for superior ao mínimo garantido às ações preferenciais; e c) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da sociedade.

25.2. Reserva de Capital

	2023	2022
Reserva especial de correção monetária	17.307	17.307
Remuneração das imobilizações em curso	22.296	22.296
Incentivos fiscais de Reinvestimentos ⁽¹⁾	6.195	6.195
Programa Remuneração Variável (ILP) ⁽²⁾	2.958	2.262
Transações entre sócios/perda de capital ⁽³⁾	(33.285)	(33.285)
Outras reservas de capital	357	357
Total	15.828	15.132

(1) Incentivos fiscais de Reinvestimentos - instituído pelo Governo Federal, através da Lei nº 5.508/1968, modificado pela Lei nº 8.167/1991, Lei nº 9.532/1997 e Medida Provisória nº 2.199/2014 que permite às empresas dos setores industrial, agroindustrial, infraestrutura e turismo o reinvestimento correspondente a 30% do Imposto de Renda devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela (50% desses 30%) de Recursos Próprios. Os incentivos fiscais de Reinvestimento de 30% do IRPJ concedidos pela SUDAM à Companhia submetem-se às normas estabelecidas no Manual de Incentivos Fiscais da SUDAM, segundo o qual a incorporação dos recursos ao capital social da empresa deve ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do encerramento do exercício social em que houve a emissão do ofício de liberação pela SUDAM, de forma que a Companhia deverá proceder, quando for o caso, a distribuição de ações ou quotas aos acionistas ou sócios, na forma estabelecida na legislação.

(2) Programa Remuneração Variável (ILP) refere-se à implementação do Programa de Remuneração Variável através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) (vide nota explicativa nº11).

(3) Em 8 de agosto de 2021, foi firmado acordo judicial entre a Companhia, REDE POWER e o Estado do Tocantins no montante de R\$55.594 pagos em 12 de novembro de 2021. As partes deram por encerradas as discussões sobre débitos e créditos relacionados por meio de concessões recíprocas, para: (i) Programa RELUZ; (ii) Convênio nº 28/2008 - LT Xambioá a Tocantinópolis; (iii) dividendos devidos ao Estado de Tocantins decorrentes da sua participação acionária na Companhia; e (iv) pagamentos de valores devidos ao Estado pela REDE POWER. De acordo com termos acordados, foi atribuído a Companhia o pagamento de R\$34.966, dos quais R\$33.285 foram contabilizados diretamente no patrimônio líquido na rubrica de outras reservas de capital - transações entre sócios e perdas de capital, referente à diferença do valor ações que foi dada em pagamento ao Programa RELUZ, pela transferência de 9% das ações do Estado para ETO, ocorrida em 9 de julho de 2014 e R\$1.681 registrado em Outras despesas financeiras na demonstração resultado do exercício, enquanto o montante de R\$20.628 foi liquidado pela REDE POWER.

25.3. Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

25.4. Reserva de lucros - reserva de incentivos fiscal (imposto de renda / reinvestimentos)

A Companhia, por atuar no setor de infraestrutura na região Norte, obteve a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo nº 635, do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 (Novo Regulamento do Imposto de Renda).

Esta redução foi aprovada através do Laudo Constitutivo da SUDAM nº 113/2014 - Despacho Decisório nº325/2015 - DRF/PAL/TO de 18 de março 2015, que impõe algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e poderá ser utilizado para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, ou aumentar capital, e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte, com aprovação em AGO/AGE;
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de incentivos fiscal (imposto de renda), que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi apurado R\$69.548 (R\$52.907 em 2022) de redução de imposto de renda e adicionais.

Em 2023 foram apurados R\$4.033 (R\$2.879 em 2022) referente ao Incentivo fiscal de Reinvestimentos, correspondente a 30% do Imposto de Renda devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela de 50% de Recursos Próprios.

25.5. Reserva de lucros - reserva retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2022 foi utilizado o montante de R\$51.587 do saldo da reserva de retenção de lucros, para absorção do prejuízo acumulado de 2021, oriundo dos efeitos da reapresentação, passando o saldo para R\$108.840.

25.6. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	309.175	267.943
Reserva legal (5%)	(15.459)	(13.397)
Reserva de lucros - reserva de incentivo fiscal (imposto de renda / reinvestimentos)	(69.548)	(55.786)
Lucro líquido ajustado	224.168	198.760
Dividendos obrigatórios (25%)	56.042	49.690
. Valores pagos em 23 de novembro de 2023 - R\$171,21689267 por ação ordinária e preferencial ⁽¹⁾	111.568	-
. Valores pagos em 31 de maio de 2022 - R\$81,6483719374 por ação ordinária e preferencial ⁽¹⁾	-	53.204
. Valores pagos em 24 de agosto de 2023 - R\$74,506024492 (valores pagos em 23 de agosto de 2022 R\$49,6319678337) por ação ordinária e preferencial ⁽¹⁾	48.549	32.341
. Dividendos a pagar - R\$95,8900000000 por ação ordinária e preferencial	-	62.484
. Dividendos adicionais propostos R\$98,29649658157 (R\$77,8550183927632 em 2022) por ação ordinária e preferencial (2)	64.051	50.731
Total dos dividendos	224.168	198.760
% sobre o lucro líquido ajustado	100%	100%

(1) Os dividendos antecipados aprovados nas Reuniões do Conselho de Administração de 10 de agosto e 09 de novembro de 2023 foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 30 de junho e 30 de setembro de 2023, respectivamente.

(2) Os dividendos adicionais propostos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas do ICPC-08, e serão pagos em data a ser definida em RCA.

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

25.7. Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização do plano de benefícios a empregados líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue movimentação nos exercícios:

	2023	2022
Saldos em 2022 e 2021	(7.325)	(6.362)
Ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego	(5.969)	(1.460)
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego	1.950	497
Saldos em 2023 e 2022	(11.344)	(7.325)

26. -Receita operacional

	2023			2022		
	Nº de Consumidores (2)	MWh(2)	R\$	Nº de Consumidores (2)	MWh(2)	R\$
Residencial	576.079	1.296.767	1.198.298	559.303	1.178.679	1.072.117
Industrial	1.363	90.661	81.409	1.399	86.923	74.960
Comercial	35.053	383.274	385.961	34.760	385.047	380.211
Rural	43.848	222.963	185.689	45.403	226.113	177.912
Poder público	7.214	180.607	165.080	6.988	161.490	146.775

	2023			2022		
	Nº de Consumidores (2)	MWh(2)	R\$	Nº de Consumidores (2)	MWh(2)	R\$
Iluminação pública	1.533	112.147	61.668	1.425	113.240	65.503
Serviço público	1.021	29.900	29.115	1.112	33.963	28.955
Consumo próprio	233	3.865	-	241	3.836	-
Subtotal	666.344	2.320.184	2.107.220	650.631	2.189.291	1.946.433
Suprimento de energia a concessionárias	-	11.297	2.059	-	81.510	6.009
Fornecimento não faturado líquido	-	18.366	5.409	-	6.369	10.913
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	189	-	132.582	135	-	105.274
Receita de construção da infraestrutura (1)	-	-	425.564	-	-	326.681
Penalidades regulatórias	-	-	(12.854)	-	-	(9.201)
Valor justo ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	3.644	-	-	2.758
Constituição e amortização - CVA ativa e passiva	-	-	56.545	-	-	(378)
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	155.755	-	-	140.200
Outras receitas operacionais	-	-	30.260	-	-	27.950
Total - receita operacional bruta	666.533	2.349.847	2.906.184	650.766	2.277.170	2.556.639
Deduções da receita operacional:						
ICMS	-	-	406.837	-	-	400.821
PIS	-	-	33.945	-	-	29.945
COFINS	-	-	156.351	-	-	137.931
ISS	-	-	205	-	-	173
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	6.945	-	-	6.132
Encargos de consumidor - PROCEL	-	-	1.736	-	-	1.534
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	107.214	-	-	93.655
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	3.473	-	-	3.068
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	3.473	-	-	3.068
Ministério das Minas e Energia - MME	-	-	1.736	-	-	1.534
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	3.658	-	-	3.007
Total - deduções da receita operacional	-	-	725.573	-	-	680.868
Total - receita operacional líquida	666.533	2.349.847	2.180.611	650.766	2.277.170	1.875.771

(1) **Receita de construção da infraestrutura** - está representada pelo mesmo montante em custo de construção da infraestrutura. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção das obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

(2) Informações não examinada pelos auditores independentes.

27. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

	Custo do serviço			Despesas operacionais	Total	
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Gerais e Administrativas	2023	2022
Energia elétrica comprada para revenda	624.055	-	-	-	624.055	581.044
Encargo de uso - sistema de transmissão e distribuição	142.882	-	-	-	142.882	119.408
Pessoal e administradores	-	118.755	2	41.028	159.785	147.111
Programa de Remuneração Variável (ILP)	-	-	-	696	696	581
Benefício pós-emprego	-	3.623	(45)	865	4.443	6.056
Material	-	23.846	34	7.478	31.358	30.854
Serviço de terceiros	-	56.845	-	64.853	121.698	104.221
Amortização e depreciação e	-	108.079	-	7.924	116.003	102.928
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	-	10.173	-	-	10.173	8.987
Provisões (reversão) para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	-	-	-	10.286	10.286	5.543
Custo de construção da infraestrutura	-	-	425.564	-	425.564	326.681
Outros	-	4.185	-	21.207	25.392	20.058
Total	766.937	325.506	425.555	154.337	1.672.335	1.453.472

Energia elétrica comprada para revenda

	MWh ⁽¹⁾		R\$	
	2023	2022	2023	2022
Energia de leilão	1.671.047	1.668.730	401.701	375.336
Energia bilateral	194.618	195.400	66.977	65.742
Cotas de Angra - Resolução Normativa nº 530/2012	88.199	85.171	30.136	29.196
Energia de curto prazo - CCEE ⁽²⁾	235.115	33.374	24.605	19.025
Cotas Garantia Física - Resolução Homologatória nº 1.410/2013	505.230	635.105	81.296	85.363
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	49.317	50.377	27.162	31.991
Energia de Reserva - ERR	-	-	56.239	34.064
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(64.061)	(59.673)
Total	2.743.526	2.668.157	624.055	581.044

(1) Não examinada pelos auditores independentes.

(2) Inclui demais custos, sendo os efeitos da CCEARS, liminares/ajuste de energia leilão, encargos de serviços do sistema e de energia reserva.

28. Outros resultados

	2023	2022
Outras receitas:		
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	3.508	2.976
Outras	-	(297)
	3.508	2.679
Outras despesas:		
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(33.636)	(26.044)
Outras	(3.307)	(2.377)
	(36.943)	(28.421)
Total	(33.435)	(25.742)

29. Receitas e despesas financeiras

	2023	2022
Receitas financeiras:		
Receita de aplicação financeira	40.195	24.527
Variação monetária e acréscimos moratórios de energia vendida	31.176	26.409
Juros Selic s/ impostos a recuperar	12.059	2.796
Atualização monetária de depósitos judiciais	2.261	1.054
Atualização financeira - ativos financeiros setoriais	-	5.737
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS na base do PIS e COFINS	10.559	16.626
Tributos sobre receita financeira - PIS e COFINS	(4.738)	(3.760)
Outras receitas financeiras	5.783	3.895
Total das receitas financeiras	97.295	77.284
Despesas financeiras:		
Encargos de dívidas - juros	(148.269)	(105.923)
(-) Transferência para ordens em curso	3.683	2.932
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	(30.193)	(32.014)
Juros/multas	(818)	(2.122)
Marcação a mercado de dívidas	(36.808)	18.624
Marcação a mercado de derivativos	41.514	(18.408)
Instrumentos financeiros	(23.265)	(22.362)
Ajuste a valor presente	(1.625)	(547)
Atualização projetos PEE - P&D	(915)	(765)
Juros/multas pela incorporação de redes	(352)	(960)
Atualização financeira - passivos financeiros setoriais	(2.410)	1.563
Atualização monetária de provisão para risco	(885)	(480)
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS na base do PIS e COFINS	(9.165)	(16.691)
Outras despesas financeiras	(5.025)	(789)
Total das despesas financeiras	(214.533)	(177.942)
Despesas financeiras líquidas	(117.238)	(100.658)

30. Lucro por ação

Cálculo de lucro por ação (em milhares de reais, exceto valor por ação):

	2023	2022
Numerador		
Lucro líquido do exercício		
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	125.662	108.903
Lucro disponível aos acionistas ordinárias	183.513	159.040
	309.175	267.943
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações preferenciais	265	265
Média ponderada de número de ações ordinárias	387	387
	652	652
Lucro líquido e diluído básico por ação em Reais R\$ ⁽¹⁾		
Ação preferencial	474,20	410,96
Ação ordinária	474,20	410,96

⁽¹⁾A Companhia não possui instrumento diluidor

31. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não examinados pelos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2023	2022
Seguro de proteção de dados e responsabilidade Cibernética	25/08/2024	30.000	84	87
Riscos Diverso (RD) Equipamentos	14/04/2025	10.000	56	48
Riscos Operacionais	22/06/2025	90.000	1.181	569
Responsabilidade Civil Geral	23/06/2025	90.000	407	267
Auto - Frota	23/10/2024	Até 1.110 p/veículos	146	116
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	31/01/2026	133.398	319	276
Transporte Nacional	04/04/2024	Até 5.000 p/viagem	19	14
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O)	05/08/2025	100.000	31	23
Responsabilidade do Explorador ou Transporte Aéreo - R.E.T.A. (Drones)	12/01/2025	1.060/drone	4	4
			2.247	1.404

32. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função da Companhia ter classificado o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do exercício foram de R\$3.644 (R\$2.758 em 2022), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 13.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	Nível	2023		2022	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa		56.759	56.759	21.404	21.404
Consumidores e concessionárias		416.309	416.309	370.622	370.622
Títulos de créditos a receber		1.299	1.299	472	472
		474.367	474.367	392.498	392.498
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	360.613	360.613	213.838	213.838
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	97.011	97.011	74.739	74.739
Instrumentos financeiros derivativos	2	117.555	117.555	86.241	86.241
		575.179	575.179	374.818	374.818

PASSIVO	Nível	2023		2022	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Fornecedores		167.198	167.198	117.882	117.882
Empréstimos e financiamentos, debêntures e, encargos de dívidas		1.799.717	1.805.159	1.365.836	1.371.883
Arrendamentos operacionais		1.022	1.022	1.687	1.687
Passivos financeiros setoriais		229.129	229.129	133.590	133.590
		2.197.066	2.202.508	1.618.995	1.625.042
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	19.188	19.188	29.893	29.893
		19.188	19.188	29.893	29.893

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

A Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “*swap*” (instrumento de *hedge*) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como *hedge accounting*. Em 31 de

dezembro de 2023 essas operações, assim como as dívidas (objeto do hedge) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de *hedge* de valor justo. Em tais designações de hedge a Companhia documentou: (i) a relação de hedge; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do hedge.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como hedge foi impactado em R\$34.128 (R\$15.703 em 2022) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no exercício, para as quais possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de dezembro de 2022, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$2.680 (R\$2.921 em 2022) e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

A Companhia não possui avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo.

Incertezas

Os valores foram estimados na data das demonstrações financeiras, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final dos exercícios é como segue:

	2023	2022
Dívida ⁽¹⁾	1.799.717	1.365.836
Caixa e equivalentes de caixa	(56.759)	(21.404)
Dívida líquida	1.742.958	1.344.432
Patrimônio líquido	1.140.189	1.045.185
Índice de endividamento líquido	1,53	1,29

⁽¹⁾ A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos, e encargos de dívidas (excluindo derivativos) conforme detalhado nas notas explicativas nº 18 e 19.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados considerando os vencimentos contratuais futuros. Não é esperado que possam ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		157.125	-	-	-	10.073	167.198
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	12,66%	440.002	170.483	941.453	217.020	408.050	2.177.008
Instrumentos Financeiros Derivativos		(3.507)	(24.428)	(26.644)	(4.073)	(39.715)	(98.367)
Total		593.620	146.055	914.809	212.947	378.408	2.245.839

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pela Companhia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementados, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pela Companhia em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição da distribuidora quanto a variação no custo da energia.

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” do Grupo Energisa.

O risco de crédito é representado por contas a receber de consumidores e concessionária, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme apresentado abaixo:

	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	56.759	21.404
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	360.613	213.838
Consumidores e concessionárias	6	416.309	370.622
Títulos de créditos a receber	-	1.299	472
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	97.011	74.739
Instrumentos financeiros derivativos	32	117.555	86.241

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos, em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 18, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 com queda de 7,21% sobre 31 de dezembro de 2021, cotado a R\$ 4,8413 /USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2023 era de 9,87%, enquanto em 31 de dezembro de 2022 foi de 16,00%.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de dezembro de 2023, excluídos os efeitos dos custos com captação, de R\$1.808.603 (R\$1.373.105 em 2022), R\$74.420 (R\$77.546 em 2022) estão representados em dólares conforme nota explicativa nº 18. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Os empréstimos em moeda estrangeira têm custos e vencimentos conforme apresentado na nota explicativa nº18.

Em 31 de dezembro de 2023 a marcação a mercado e instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar se apresentam conforme segue:

	2023	2022
Ativo circulante	47.123	8.073
Ativo não circulante	70.432	78.168
Passivo circulante	19.188	29.893

Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de “hedge” e não reflete a expectativa da Administração.

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados ao dólar, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 - Bank of America	15.372	USD + 2,1529%	CDI + 1,75%	02/02/2024	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Itaú BBA x ETO	35.696	IPCA + 5,6601%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x ETO	1.775	IPCA + 4,7110%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x ETO	3.304	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú x ETO	160.000	IPCA + 5,0797%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x ETO	55.648	IPCA + 4,4744%	CDI + 1,80%	11/04/2024	Não Designada
Bank of America x ETO	7.339	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	Não Designada
J.P. Morgan x ETO	82.000	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,93%	15/10/2031	Fair Value Hedge
BR Partners x ETO	55.689	IPCA + 6,1566%	CDI + 0,717%	15/04/2029	Fair Value Hedge
BR Partners x ETO	34.311	IPCA + 6,2770%	CDI + 0,880%	15/04/2032	Fair Value Hedge

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores foram contabilizados como “*fair value Option*”, vigentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2023	2022		2023	2022
Dívida designada para “Fair Value Option”	84.199	84.199	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(74.412)	(77.542)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	74.412	77.542
			Posição Passiva		
Swap Cambial (Derivativo)	84.199	84.199	Taxa de Juros CDI	(85.876)	(86.163)
			Posição Líquida Swap	(11.464)	(8.621)
			Posição Líquida Dívida + Swap	(85.876)	(86.163)

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros pré-fixada dos empréstimos como “hedge” de valor justo (“*fair value hedge*”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2023	2022		2023	2022
Dívida (Objeto de Hedge) ⁽¹⁾	435.762	515.762	Taxa Pré-Fixada	(483.475)	(531.227)
			Posição Ativa		
			Taxa Pré-Fixada	559.842	599.824
			Posição Passiva		
Swap de Juros (Instrumento de Hedge) ⁽¹⁾	435.762	515.762	Taxa de Juros CDI	(450.011)	(534.855)
			Posição Líquida Swap	109.831	64.969
			Posição Líquida Dívida + Swap	(373.644)	(466.258)

⁽¹⁾ Os empréstimos designados formalmente como “Fair Value Hedge” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido

O valor justo dos derivativos contratados pela Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 18 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como

valor justo, conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MTM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MTM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de moedas estrangeiras também foram obtidas na BM&F.

Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2023, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(84.199)		(84.836)	(103.598)	(122.360)
Varição Dívida			(637)	(19.399)	(38.161)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	74.412	Alta US\$	75.049	93.811	112.573
Varição - USD e LIBOR			637	19.399	38.161
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(85.876)		(85.876)	(85.876)	(85.876)
Subtotal	(11.464)		(10.827)	7.935	26.697
Total Líquido	(95.663)		(95.663)	(95.663)	(95.663)

⁽¹⁾ (1) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 2023, apresenta o cenário base para avaliação da efetividade na mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio de 25% e 50%, o valor presente da dívida mais derivativos seria de R\$ 95.663 em ambos os casos.

b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de dezembro de 2023, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(435.762)		(435.762)	(435.762)	(435.762)
Swap de Juros					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	559.842	Alta CDI	559.842	559.842	559.842
Posição Passiva					

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(450.011)		(450.011)	(473.754)	(497.220)
Variação - CDI + TJLP			-	(23.743)	(47.209)
Subtotal	109.831		109.831	86.088	62.622
Total Líquido	(325.931)		(325.931)	(349.674)	(373.140)

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2023 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	362.666	Alta CDI	32.640	40.800	48.960
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(85.876)	Alta CDI	(7.729)	(9.661)	(11.594)
	(919.845)	Alta CDI	(82.786)	(103.483)	(124.179)
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(809.552)	Alta IPCA	(37.401)	(46.751)	(56.102)
	(4.786)	Alta INPC	(178)	(223)	(267)
Subtotal (**)	(1.820.059)		(128.094)	(160.118)	(192.142)
Total (Perdas)	(1.457.393)		(95.454)	(119.318)	(143.182)

⁽¹⁾ Considera o CDI de 31 de dezembro de 2024 (9,00% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2023, INPC 3,71% e IPCA 4,62%.

⁽²⁾ Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$11.456.

Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, se antecipando para futuras necessidades de caixa.

33. Benefícios pós-emprego

33.1. Composição dos passivos de benefícios pós-emprego relacionados aos planos de aposentadoria e pensão, prêmio/gratificação de aposentadoria e plano de saúde:

	Prêmio / Gratificação Aposentadoria	Plano de Saúde	Passivo Atuarial - Plano BD	Plano de Previdência		Total Plano de Previdência	Total	
				Contratos de dívida			2023	2022
				Plano BD	Plano CD			
Total	609	25.235	-	1.751	3.035	4.786	30.630	23.294
Circulante	52	4.026	-	84	390	474	4.552	5.243
Não circulante	557	21.209	-	1.667	2.645	4.312	26.078	18.051
Benefícios pós-emprego							25.844	18.051
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas							4.786	5.243

33.2. Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, nas modalidades de benefício definido, contribuição variável, um plano exclusivamente para benefícios de risco vinculado a plano de contribuição variável e plano de contribuição definida.

Os planos de benefício definido, contribuição variável e de risco são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros. Já os planos na modalidade contribuição definida não estão sujeitos à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação no âmbito do CPC 33(R1).

A administração desses planos é realizada por meio da Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar.

Os planos de benefício patrocinados pela Companhia no exercício de 2023 são:

Plano	Modalidade do plano	Status	Data Instituição	Benefício
Plano Elétricas BD	BD	Fechado	01/08/1986	Assegura benefícios suplementares: <ul style="list-style-type: none"> • Aposentadoria por tempo de serviço/idade; • Aposentadoria por invalidez, auxílio-doença; • Aposentadoria especial; • Abono anual; • Pensão por morte e pecúlio por morte.
Plano Elétricas OP	CV	Fechado	01/01/1999	<ul style="list-style-type: none"> • Renda Mensal, com reversão aos beneficiários; • Pecúlio por Invalidez ou Morte.
Plano Risco	BD	Fechado	01/08/1986	<ul style="list-style-type: none"> • Suplementação da aposentadoria por invalidez; • Suplementação do auxílio-doença; • Abono Anual; • Suplementação da pensão por morte; e • Pecúlio por morte.
Plano Energisa CD	CD	Aberto	07/04/2017	<ul style="list-style-type: none"> • Aposentadoria; • Benefício por invalidez; • Pensão por morte.

O custeio do plano Risco é realizado exclusivamente pela Patrocinadora. Os demais planos têm seu custeio compartilhado entre Participantes e Patrocinadora, considerando a participação definida em cada regulamento.

No exercício, a despesa de patrocínio aos planos de previdência foi de R\$4.363 (R\$4.212 em 2022), registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado.

Em 2023 foi reconhecido um crédito na despesa de pessoal em contrapartida um ativo a receber do Fundo Patronal do plano de previdência, no montante de R\$17, valor originado da parcela das contribuições patronais não recebidas pelos participantes que optaram pelo resgate de saldo e que possuía alguma restrição desse resgate das contribuições patronais.

Número de participantes/beneficiários

Atualmente apenas o Plano Energisa CD está aberto para novas adesões e o número de participantes do plano vinculado à patrocinadora ETO está apresentado a seguir:

	2023	2022
Ativos	1.427	1.359
Auto patrocinados	2	-
Benefício Proporcional Diferido - BPD	19	15
Assistidos	39	38
Total	1.487	1.412

Migração entre planos

Em 2022, 2021 e 2020 foram realizados movimentos de migração de participantes dos planos Elétricas BDI, Elétricas OP e R para o Plano Energisa CD. Esse processo foi autorizado pelo regulador PREVIC, através da Portaria 467, de 02 de julho de 2020. A migração aconteceu em quatro tranches, sendo elas em dezembro/2020, julho/2021, novembro/2021 e julho/2022. O quadro a seguir apresenta o percentual de participantes que migraram de cada plano:

Plano	ACUMULADO	
	ATIVO	ASSISTIDO
Elétricas BD	100%	45%
Elétricas OP	0%	71%
Elétricas OP + R	89%	0%
Plano R	0%	320%

Retirada de patrocínio

Em 31 de janeiro de 2023 a Companhia solicitou à EnergisaPrev a retirada de patrocínio dos planos de benefício, Elétricas BD, Elétrica OP, em face ao reduzido número de participantes remanescentes nesses planos, após os movimentos de migrações concluídos em 2022, tornando-os inviáveis em termos de custeio administrativo.

Em 18 de janeiro de 2024 a PREVIC-Superintendência Nacional de Previdência Complementar comunicou a EnergisaPrev quanto ao arquivamento da solicitação de retirada de patrocínio, baseada na publicação e entrada em vigor da nova resolução que dispõe sobre a retirada de patrocínio “Resolução CNPC/MPS nº 59, de 13 de dezembro de 2023”, e orientou a entidade aguardar a edição do normativo que regulamentará a referida resolução para a proposição de novo pedido de retirada de patrocínio.

33.2.1. Situação financeira dos planos de benefícios definidos - avaliação atuarial

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2023, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1) - Benefício a empregados, os planos apresentam a seguinte situação:

a. Número de participantes/beneficiários:

	2023			2022		
	BD	OP (*)	R	BD (*)	OP	R
Número Ativos	-	-	68	-	-	75
Número Aposentados	6	1	5	3	1	3
Número Beneficiários Pensionistas	10	-	7	14	-	6
Total	16	1	80	122	16	28

(*) No plano Elétricas OP, os participantes ativos e determinados assistidos não foram avaliados, tendo em vista características do plano de capitalização financeira.

b. Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial:

	2023			2022		
	BD	OP	R	BD	OP	R
I - Tábuas Biométricas ⁽¹⁾						
Tábua de Mortalidade ⁽²⁾	BR-EMS 2021	BR-EMS 2021	BR-EMS 2021	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT (Frac)	Não Aplicável	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	Não Aplicável	LIGHT (Frac)
Tábua de Inválidos ⁽²⁾	MI-85	Não Aplicável	MI-85	MI-85	Não Aplicável	MI-85
II - Variáveis Econômicas						
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	5,75%	5,75%	5,75%	6,26%	6,26%	6,26%
Expectativa de Inflação Futura ⁽³⁾	4,00%	4,00%	4,00%	5,00%	5,00%	5,00%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	9,98%	9,98%	9,98%	11,57%	11,57%	11,57%
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos	9,98%	9,98%	9,98%	11,57%	11,57%	11,57%
Taxa de Rotatividade	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Taxa de Crescimento Salarial	2,19%	2,19%	2,19%	8,02%	Não Aplicável	8,02%
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	100%	100%	100%	100%	100%	100%

	2023			2022		
	BD	OP	R	BD	OP	R
Índice do Plano	INPC/IBGE	INPC/IBGE	INPC/IBGE	INPC/IBGE	INPC/variação da Cota	INPC/IBGE
Regime Financeiro de Capitalização	Crédito Unitário Projetado					
III - Tábua de anuidade de pensão						
Composição Familiar (Ativos)	Família Média Padrão	Família Média Padrão	Família Média Padrão	Família Média Padrão	Não Aplicável	Família Média Padrão
Composição Familiar (Assistidos)	Família Real					

(1) Relatório de Estudo de Aderência Biométrico.

(2) Tábuas específicas por sexo.

(3) Relatório de Boletim FOCUS.

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia.

Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado. Esse método é obrigatório segundo CPC 33 (R1).

O método do crédito unitário projetado considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit é reconhecido no passivo da patrocinadora. Podem ser aplicadas reduções ao valor presente da obrigação atuarial com base no conceito de compartilhamento de riscos com participantes e assistidos, em linha com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e com orientações emitidas pelo Instituto Brasileiro de Atuários.

As remensurações ou ganhos e perdas atuariais gerados por alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria ou decorrentes do ajuste pela experiência do plano são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

c. Conciliação da posição dos planos

A seguir apresentamos a conciliação e movimentação dos ativos e obrigações dos planos de aposentadoria e pensão da Companhia:

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Ativo	2023				2022			
	BD	OP	R	TOTAL	BD	OP	R	TOTAL
Valor justo dos ativos em 2022 e 2021	1.612	38	3.237	4.887	3.525	39	3.684	7.248
Ganhos/(Perdas) dos ativos	(253)	(7)	198	(62)	8	(2)	686	692
Retorno esperado dos ativos do plano	183	4	374	561	342	4	359	705
Contribuições do empregador	252	7	531	790	48	-	179	227
Contribuições dos participantes do plano	14	1	-	15	12	-	2	14
Benefícios pagos	(133)	(4)	(339)	(476)	(190)	(3)	(464)	(657)
Custo do Serviço passado (encurtamento)	-	-	-	-	(2.133)	-	(1.209)	(3.342)
Valor justo dos ativos em 2023 e 2022	1.675	39	4.001	5.715	1.612	38	3.237	4.887

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Obrigação	2023				2022			
	BD	OP	R	TOTAL	BD	OP	R	TOTAL
Valor presente das obrigações em 2022 e 2021	1.628	35	4.189	5.852	3.951	40	5.104	9.095

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Obrigação	2023				2022			
	BD	OP	R	TOTAL	BD	OP	R	TOTAL
Custo do serviço corrente	-	-	5	5	-	-	21	21
Custo dos juros	186	4	485	675	384	4	502	890
Contribuições de participantes	14	1	-	15	12	-	-	14
(Ganhos)/Perdas atuariais	(80)	3	790	713	(144)	(6)	396	246
Benefícios pagos	(133)	(4)	(339)	(476)	(190)	(3)	(464)	(657)
Custo do Serviço passado (encurtamento)	-	-	-	-	(2.385)	-	(1.372)	(3.757)
Valor presente das obrigações em 2023 e 2020	1.615	39	5.130	6.784	1.628	35	4.189	5.852

Posição Líquida dos planos	2023				2022			
	BD	OP	R	TOTAL	BD	OP	R	TOTAL
Valor justo dos ativos	1.675	39	4.001	5.715	1.612	38	3.237	4.887
Valor presente das obrigações	(1.615)	(39)	(5.130)	(6.784)	(1.628)	(35)	(4.189)	(5.852)
Posição Líquida	60	-	(1.129)	(1.069)	(16)	3	(952)	(965)
Limite do Ativo	60	-	-	-	-	3	-	-
Déficit/Superávit passível de	-	-	(1.129)	(1.129)	(16)	-	(952)	(967)

Valor líquido reconhecido nas demonstrações financeiras:

Movimentação dos Saldos	2023	2022
Posição líquida em 2022 e 2021	967	1.847
Efeito em Outros Resultados Abrangentes (ORA)	835	(444)
Contribuição do empregador	(791)	(227)
Impacto decorrente de redução do plano de benefícios (encurtamento)	-	1.571
Transferência de Dívida	-	(1.986)
Efeito no resultado do exercício	118	206
Posição líquida em 2023 e 2022 ⁽¹⁾	1.129	967
Circulante	-	-
Não Circulante	-	-

⁽¹⁾ O saldo dos contratos de dívidas firmados para cobertura dos déficits contratados dos planos, apresentados na nota explicativa nº18, é superior ao valor líquido do passivo de benefício definido - déficit, portanto, em 2023 e 2022 não há saldo na rubrica de benefício pós emprego para previdência.

Demonstração das despesas a serem realizadas no exercício de 2024 segundo os critérios do CPC 33 (R1) é como segue:

	2024
Custo do Serviço Corrente	5
Custo dos juros	580
Retorno dos Ativos do Plano	(449)
Total da despesa bruta a ser reconhecida	136

d. Alocação percentual do valor justo dos ativos dos planos

	2023			2022		
	BD-I	OP	R	BD-I	OP	R
Investimentos:						
Títulos públicos	65,10%	54,90%	65,91%	63,55%	52,92%	67,48%
Créditos privados e depósitos	1,55%	1,78%	1,08%	3,36%	3,82%	2,47%
Fundos de investimento	33,32%	42,29%	32,29%	32,95%	41,09%	28,72%
Operações com participantes	0,04%	1,03%	0,72%	0,14%	2,17%	1,33%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

e. Análise de Sensibilidade

A premissa atuarial significativa para a determinação da obrigação atuarial é a taxa de desconto. Para demonstrar como a obrigação do benefício definido teria sido afetada por mudança significativa da taxa de desconto, a análise de sensibilidade foi realizada considerando alteração da taxa de desconto em 0,25% de aumento ou redução, mantendo-se todas as demais premissas adotadas. A seguir são apresentados os resultados:

	2023			2022		
	BD	OP	R	BD	OP	R
Valor presente das obrigações Atuariais real	1.615	39	5.130	1.628	35	4.188
Valor presente das obrigações Atuariais com redução de 0,25%	1.648	40	5.303	1.645	36	4.275
Valor presente das obrigações Atuariais com aumento de 0,25%	1.583	38	4.965	1.612	34	4.120

33.3. Gratificação por aposentadoria

A Companhia em acordo coletivo de trabalho concedeu aos seus colaboradores, uma gratificação por aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

A referida Gratificação varia de 2,0 a 5,5 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 5 anos e teto de 35 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida. Os colaboradores admitidos após 1º de maio de 1997, não terão direito à essa gratificação.

A seguir está demonstrada a movimentação do passivo atuarial:

Reconciliação	2023	2022
Posição líquida em 2022 e 2021	644	587
Efeito em ORA	(46)	51
Benefícios pagos	(52)	(43)
Efeito no resultado do exercício	63	49
Posição líquida em 2023 e 2022	609	644
Circulante	52	63
Não Circulante	557	581

Demonstração das despesas a serem realizadas no exercício de 2024, segundo critérios do CPC33 (R1) é como segue:

	2024
Custo do serviço corrente	9
Custos dos juros	43
Total da despesa a ser reconhecida	52

33.4. Plano de saúde

A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, na modalidade pós pagamento. Nessa modalidade as contribuições mensais da Companhia para o público de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação.

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei 9.656/98). No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 as despesas operacionais com o plano de saúde foram

de R\$18.945 (R\$14.308 em 2022). Inclui R\$707 (R\$244 em 2022) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego.

A seguir são apresentadas a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço, a movimentação do passivo atuarial no exercício e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

	2023	2022
Valor presente das obrigações no início do ano	17.407	14.816
Custo do serviço corrente bruto	707	244
Juros sobre obrigação atuarial	2.014	1.489
Perdas atuarial sobre a obrigação atuarial	5.107	858
Valor das obrigações calculadas no final do ano	25.235	17.407
Circulante	4.026	2.721
Não Circulante	21.209	14.686

Demonstração das despesas para os exercícios de 2024, segundo critérios do CPC 33 (R1):

	2024
Custo do serviço corrente	1.508
Custos dos juros	2.518
Total da despesa a ser reconhecida	4.026

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de assistência médica são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

a. Principais hipóteses atuariais utilizadas:

	2023	2022
	UNIMED NACIONAL	UNIMED NACIONAL
VARIÁVEIS ECONÔMICAS		
Taxa Real de desconto da Obrigação Atuarial	5,75%	6,26%
Expectativa Real de Inflação Futura	4,00%	5,00%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	9,98%	11,57%
Taxa de Crescimento de Benefícios	4,00%	5,00%
Taxa Real de Crescimento de Custos Médicos	5,00%	4,00%
Taxa de Crescimento de Custos Médicos	9,20%	9,20%
Taxa de Rotatividade	8,50%	11,50%
Permanência no Plano na aposentadoria	75,00%	75,00%
Fator de Envelhecimento	3,00%	3,00%
TÁBUAS BIOMÉTRICAS		
Tábua de Mortalidade	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua de Inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Entrada de Invalidez	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Fraca)
Método de Financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

34. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contrato de compra de energia (*)					
Vigência	2024	2025	2026	2027	Após 2027
2024 a 2054	559.699	518.025	505.448	485.102	6.732.925

(*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo do exercício de 2023 e foram homologados pela ANEEL.

35. Meio Ambiente (*)

Responsabilidade Socioambiental

A aproximação com a sociedade local, por meio de ações culturais e de manifestação dos valores regionais, está entre os compromissos da Energisa Tocantins. Assim, a Companhia investe em ações de incentivo à produção cultural e à preservação da memória em suas áreas de concessão, de forma a impulsionar a economia criativa onde atua.

Em 2023, a Energisa Tocantins destinou R\$ 46,921 milhões para iniciativas de impacto social nas frentes de educação, cultura, esporte, meio ambiente, entre outras. Os recursos de incentivo fiscal somaram R\$ 1,104 milhão, destacando-se os projetos Tocantins em Concerto e Oficinas Culturais.

Além disso, a Energisa Tocantins adota como prioridade a conservação do Meio Ambiente. Em suas atividades tem o compromisso permanente em manter a convivência harmoniosa com os recursos naturais, pensando no desenvolvimento do estado e no conforto dos clientes através de ações sustentáveis e responsáveis sócio e ambientalmente.

Para uma gestão sustentável, a Companhia desenvolve algumas iniciativas apresentadas a seguir.

Iniciativas socioculturais

- Com início em 2021 e término em 2023, o projeto Energia para Crescer, em parceria com o SEBRAE Tocantins, teve como objetivo apoiar a melhoria da qualidade de vida das comunidades quilombolas através do estímulo ao empreendedorismo por meio das ações de qualificação de produtos e serviços turísticos, fortalecimento da governança, promoção de produtos turísticos e do destino de base comunitária, afim de fomentar o acesso a serviços financeiros e atração de investimentos, considerando a inclusão social, a geração de renda e a proteção ambiental. O projeto foi executado no Jalapão, em 3 comunidades quilombolas: Mumbuca (Mateiros - TO), Rio Novo (Mateiros - TO) e Povoado do Prata (São Félix do Tocantins - TO), atuando em 4 eixos fundamentados por meio da ODS. São eles: desenvolvimento territorial, sustentabilidade, educação empreendedora e turismo sustentável. O projeto realizou várias entregas como: resgate da cultura com apoio aos eventos tradicionais como a Festa da Colheita do Capim Dourado (Comunidade Mumbuca) e Festa da Rapadura (Comunidade Prata); implantação de 3 (três) Sistemas de Produção Agrícola (peixe e hortaliças); formatação do produto turístico com 53 empreendimentos turísticos atendidos pelo projeto, 78 propostas de ambientação, 14 novos empreendimentos abertos durante o projeto, 8 novos produtos criados com foco em trilhas ecológicas, turismo de aventura e vivência, 3 novos roteiros que integram as três comunidades atendidas pelo projeto, criação de 28 novas marcas e peças publicitárias, 5 marcas aperfeiçoadas, 22 modelos de uniforme, 12 layout de cardápios (digital e impressos), instalação de placas de identificação dos empreendimentos, propiciando o aumento de 24,39% de agências e operadoras de turismo que ofertam produtos e serviços nas comunidades; cursos e capacitações alcançando 1.009 pessoas com 5.500 horas de consultoria em diversas áreas; educação empreendedora aos alunos da rede municipal, dentre outras;
- A Energisa Tocantins realizou em 2023 a continuação do programa Luz Para Todos. O programa que é dividido em tranches, já teve 586 clientes ligados em 2022, sendo essa a primeira tranche, a segunda tranche foi dividida entre os anos de 2023 e 2024, sendo 271 clientes ligados em 2023 e concluída em Fevereiro de 2024 com 179 ligações que restavam, totalizando 450 clientes ligados por meio da implantação de Sistema Individual de Geração com Fonte de Energia Intermitente (SIGFI), uma parceria entre o Ministério de Minas e Energia e Energisa Tocantins, que promove uma solução de geração solar fotovoltaica na região, de forma a contribuir para a integração, melhoria da qualidade de vida e redução de vulnerabilidade social e econômica das comunidades. Pelo programa, são atendidas preferencialmente comunidades indígenas, quilombolas, clientes baixa renda, escolas e postos de saúde rurais, localizadas em áreas remotas sem perspectiva de crescimento de rede elétrica para os próximos anos. Ainda para 2024, temos a perspectiva de concluir a terceira tranche, que visa realizar a ligação de mais 450 clientes;
- O projeto Nossa Energia promove o uso eficiente de energia elétrica nas comunidades de baixo poder aquisitivo por meio da substituição de lâmpadas incandescentes e fluorescentes compactas por LED e de ações educacionais para o consumo consciente de energia e o combate ao desperdício, levando as duas Unidades Móveis Eficientes (UMEs) - o Caminhão Nossa Energia - a diversas cidades do estado. Na ETO temos um diferencial pois, juntamente com o Nossa Energia, acontece também o projeto Ligados, levando

informações ao cliente como cadastro na Tarifa Social e cuidados com a energia elétrica com a distribuição de protetores de tomadas, sessões de cinema e apresentação teatral. Em 2023 foram 64.835 lâmpadas trocadas, 43 municípios visitados, 96 escolas contempladas, 5.431 alunos e 147 professores participantes das palestras e dinâmicas e 4.252 pessoas participantes dos eventos culturais;

- Desenvolvemos o Projeto de Apadrinhamento que direciona a arrecadação de recursos financeiros por meio da fatura de energia que é destinado a instituições filantrópicas públicas ou privadas de assistência e interesse social, sem fins lucrativos. O cliente escolhe a entidade social de sua preferência para fazer a doação, estipulando o valor a ser debitado em sua fatura. A Energisa Tocantins realiza o repasse integral dos valores doados, sem onerar a entidade ou cobrar pelo serviço. Atividades que são apoiadas com o repasse do recurso: atendimentos sociais diversos para crianças de baixa renda em tempo integral e famílias em situação de pobreza extrema, prestação de serviços de educação, saúde e assistência social para pessoas com deficiência intelectual e múltipla, desenvolvimento de serviços comunitários para promover a saúde e o bem-estar de crianças e adolescentes mais vulneráveis e excluídos, atendimento médico hospitalar para pacientes oncológicos, pacientes que apresentam doenças renais crônicas, dentre outros;
- Em 2023 foi realizada a 2ª edição do Tocantins em Concerto, projeto sociocultural patrocinado pela Energisa através da Lei Federal de Incentivo à Cultura, visando a expansão e popularização da música do cancioneiro regional tocantinense através da junção da Orquestra Viva Música e artistas regionais. As apresentações aconteceram nas cidades de Arraias, Natividade, Porto Nacional e Araguatins, ao ar livre em locais históricos e turísticos dessas cidades, para um público de mais de 2 mil pessoas;
- Também com recurso incentivado, iniciou-se em 2023 o projeto Oficinas Culturais, promovendo aulas gratuitas de música, dança e capoeira em escolas públicas nas cidades de Palmas, Araguaína e Gurupi, totalizando o atendimento direto a 160 alunos. O projeto tem previsão de término em 2024 e contribui para a formação de talentos e público para a arte, além de fomentar iniciativas educacionais no âmbito da produção cultural.

Iniciativas ambientais

- Em 2022 implantamos o Projeto Consumo Consciente, visando mudar hábitos dos colaboradores e promover a conscientização também do público externo. Foram realizadas diversas campanhas educativas voltadas para a redução do consumo de água, energia e resíduos como ambientações no prédio (adesivação, banners), posts na rede social corporativa, gincana para reduzir o consumo de copos descartáveis, dentre outras ações. A projeto teve uma repercussão muito positiva, fato que levou a empresa a retirar de uso todos os copos descartáveis do prédio administrativo principal de Palmas, sendo utilizado apenas os copos térmicos de fibra de bambu que cada colaborador recebeu pelo projeto. Em 2023 demos continuidade ao projeto, envidando esforços para a retirada de copos descartáveis das demais UNs do estado, ação esta que ainda está em andamento. Com a implantação desse projeto, passamos a economizar aproximadamente 25 mil copos por mês, o que equivale a 300 mil copos por ano;
- Temos também o Voluntariado, programa de incentivo ao trabalho voluntário dos colaboradores da ETO, visando promover a solidariedade com ações de interesse social e comunitário, além de proporcionar integração. Em 2023 damos destaque às ações sociais e ambientais a seguir de grande relevância e que contaram com a participação maciça dos voluntários: (i) Semana do Meio Ambiente, com várias atividades em três municípios (Palmas, Araguaína e Gurupi) como plantio de mudas, soltura de alevinos, ações pedagógicas, dentre outras, (ii) Projeto Praia Linda é Praia Limpa, em parceria com a Prefeitura Municipal de Araguacema, promovendo a conscientização da população e a coleta de aproximadamente meia tonelada de resíduos nas Praias da Gaivota e Andorinha, bem como nas margens do rio Araguaia, (iii) Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla (APAE/TO), levando informações e atividades lúdicas sobre segurança com a energia elétrica e consumo consciente, (iv) McDia Feliz, onde o valor referente a compra de BigMac's para as crianças do Projeto Sementinhas de Amor (acolhimento a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social), foi doado para o Hospital de Amor Tocantins, (v) campanha do dia das crianças, com arrecadação de roupas, calçados e brinquedos para quatro instituições do estado: Lar Sementes de Amor (Palmas), brinquedoteca do Hospital Geral de Palmas-HGP, comunidade do Distrito de Luzimangues (Porto Nacional) e Casa de Maria (Araguaína);
- Realizamos várias ações de boas práticas para redução do consumo de água e energia elétrica, que buscam a preservação dos recursos naturais, o combate ao desperdício e a conscientização dos colaboradores, clientes e sociedade. Continuamos com as ações de reaproveitamento de água de ar-condicionado, substituição de torneiras manuais por torneiras automáticas nos banheiros de várias UN's, instalação de mictórios ecológicos (que não utilizam água) e campanhas de adesivação interna de consumo consciente. Para energia, destacamos o projeto de redução do consumo próprio de energia em todas as UNs do estado, onde são realizadas diversas ações visando a redução do consumo de energia elétrica como campanhas de adesivação interna de consumo consciente de energia em locais estratégicos (como interruptores, aparelhos de ar-condicionado, etc), funcionamento do ar-condicionado somente no horário de expediente,

desligamento da iluminação de jardins externos de forma permanente, instalação de sensores de presença em banheiros e vestiários, dentre outras ações;

- A Companhia possui controle dos resíduos perigosos (lâmpadas de vapor de sódio, vapor de mercúrio, fluorescente, pilhas, baterias, etc), sendo encaminhados para a disposição final por meio de empresa licenciada e apta a emitir Certificado de Destinação Final. O óleo isolante utilizados nos equipamentos é regenerado, garantindo a reutilização e evitando a contaminação do meio ambiente. Grande parte dos resíduos é comercializada como sucata, minimizando o impacto ambiental e fortalecendo a cadeia de reutilização, evitando sobrecarga de aterros. Alguns resíduos, por segurança, são destinados à incineração evitando a utilização por terceiros. Realizamos o processo de coleta seletiva solidária estabelecendo a separação dos resíduos administrativos recicláveis destinando para cooperativas de catadores de materiais recicláveis nos municípios de Palmas, Gurupi e Porto Nacional. Associada à coleta seletiva, desde 2019 a ETO aderiu à campanha “Tampinhas de Amor” em prol da construção do Hospital de Amor Tocantins. A campanha busca arrecadar tampinhas de plástico e metal que, vendidas para cooperativas de reciclagem, convertem o material em recurso financeiro e destina ao hospital. A iniciativa tem ainda cunho educativo e ambiental, conscientizando e mobilizando os colaboradores e a sociedade em geral a darem um destino adequado aos resíduos, garantindo que esses produtos não sejam descartados incorretamente no meio ambiente. Atualmente, a ETO possui parceria com várias prefeituras e instituições do estado, onde os resíduos provenientes de poda de árvores (como galhos e folhas) são triturados e doados a essas instituições para que possam utilizar como composto orgânico na produção de mudas, cultivo de hortaliças, etc;
- Além do trabalho constante das equipes de manutenção da distribuidora, a Energisa Tocantins está junto com outros 31 órgãos e instituições do Tocantins no Comitê de Combate a Incêndio Florestal e Controle de Queimadas no Estado do Tocantins (Comitê do Fogo), uma frente de trabalho que busca prevenir incêndios florestais. Uma das ações mais importantes junto ao Comitê do Fogo é o Projeto Foco no Fogo, onde são realizadas visitas nas propriedades rurais de diversos municípios do estado para levar orientação sobre prevenção, controle e combate às queimadas. Em 2023 foram realizadas visitas em 67 municípios, levando informações e conscientização para 21.075 pessoas sobre os incêndios florestais e queimadas ilegais;
- A ETO prima pelo bom relacionamento com os órgãos públicos e busca participar das discussões das políticas públicas estaduais e municipais, participando de Conselhos Municipais de Meio Ambiente, Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Tocantins (CERH-TO), Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA-TO) e Fórum Estadual Lixo e Cidadania (FELC-TO). Desde 2021, embora não seja membro, a ETO vem participando ativamente das reuniões do Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA) para regulamentação da Lei nº 3.804/2021, que dispõe sobre os novos critérios de licenciamento ambiental no estado do Tocantins;
- Em 2023 aderimos à Rede TO Sustentável, projeto de iniciativa do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO) e parceiros, pautado por ações que visam a conscientização quanto à preservação do meio ambiente e apoio aos catadores de recicláveis, dentre outras. Atualmente a ETO é a única empresa privada que integra a rede. Destacamos duas ações realizada em 2023 que tiveram apoio integral da ETO frente à rede: III Seminário de Gestão Socioambiental e Drive-Thru da Coleta Seletiva Solidária;
- Realizamos em novembro de 2023 o 1º Fórum de Sustentabilidade do Estado do Tocantins, em parceria com o Sebrae, BRK, FIETO e SEMARH, tendo o objetivo realizar a aproximação entre setor público, privado, sociedade civil organizada e comunidade científica, criando um ambiente de diálogo para a construção conjunta de uma agenda de desenvolvimento sustentável no estado, com enfoque nos quatro eixos da Estratégia Tocantins Competitivo e Sustentável: econômico, social, ambiental e infraestrutura. Importante ressaltar que essa estratégia é gerida pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH) e tem como representante do setor privado a Energisa Tocantins.

(*) Não examinada pelos auditores independentes.

36. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2023 e 2022, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia são:

	2023	2022
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - Bifurcação de Ativos	18.630	24.872

	2023	2022
Ativo financeiro indenizável da concessão - Valor justo ativo indenizável	3.644	2.758
Atividades operacionais		
Intangível - incorporação de redes	23.552	18.345
Fornecedores a prazo	37.563	14.731
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	37.563	14.731
Atividades de financiamentos		
Incorporação de redes	23.552	18.345
Atividade de financiamento		
Empréstimos e financiamentos -déficit atuarial	1.751	1.974

37. Evento subsequente

37.1. Dividendos do exercício de 2023

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 12 de março de 2024, aprovou a distribuição de dividendos adicionais propostos à conta do lucro do exercício de 2023, no montante de R\$64.051, equivalentes a R\$98,29649658157 por ação ordinária e preferencial do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir do dia 1º de abril de 2024, com base na posição acionária da Companhia em 13 de março de 2024.

Declaração dos Diretores da Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2023

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Palmas, 12 de março de 2024.

Alessandro Brum

Diretor Presidente

Mauricio Perez Botelho

Diretor Financeiro

Daniele Araújo Salomão Castelo

Diretora de Gestão de Pessoas

Rodrigo Santana

Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Guilherme Damiance Souza

Diretor Técnico e Comercial

Alankardek Ferreira Moreira

Diretor de Relações Institucionais

José Marcos Chaves de Melo

Diretor de Suprimentos e Logística

Gioreli de Sousa Filho

Diretor sem designação específica

Rodolfo da Paixão Lima

Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial

Contador - CRC RJ 107.310/O-0 "S" TO

Declaração dos Diretores da Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Palmas, 12 de março de 2024.

Alessandro Brum

Diretor Presidente

Mauricio Perez Botelho

Diretor Financeiro

Daniele Araújo Salomão Castelo

Diretora de Gestão de Pessoas

Rodrigo Santana

Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Guilherme Damiance Souza

Diretor Técnico e Comercial

Alankardek Ferreira Moreira

Diretor de Relações Institucionais

José Marcos Chaves de Melo

Diretor de Suprimentos e Logística

Gioreli de Sousa Filho

Diretor sem designação específica

Rodolfo da Paixão Lima

Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107.310/O-0 "S" TO

Conselho de Administração

Ivan Müller Botelho
Presidente

Ricardo Perez Botelho
Vice-Presidente

Marcelo Silveira da Rocha
Conselheiro

Alankardek Ferreira Moreira
Conselheiro

Diretoria Executiva

Alessandro Brum
Diretor Presidente

Mauricio Perez Botelho
Diretor Financeiro

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

Rodrigo Santana
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Guilherme Damiance Souza
Diretor Técnico e Comercial

Alankardek Ferreira Moreira
Diretor de Relações Institucionais

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem designação específica

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107.310/O-0 "S" TO

Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (“DVA”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC nº 1 RJ 065976/O-4